



ANDI
Agência de Notícias do
Diretor da Infância



Secretaria
Internacional
do Trabalho

Piores Formas de Trabalho Infantil

Boas Práticas em Comunicação

Um guia para fontes de informação

Piores Formas de Trabalho Infantil

Boas Práticas em Comunicação

Um guia para fontes de informação

Brasília, maio de 2007

Realização:



Secretaria
Internacional do Trabalho

Copyright © Organização Internacional do Trabalho (2007)

1ª edição (2007)

As publicações da Secretaria Internacional do Trabalho gozam da proteção dos direitos autorais sob o Protocolo 2 da Convenção Universal do Direito do Autor. Breves extratos dessas publicações podem, entretanto, ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte. Para obter os direitos de reprodução ou de tradução, as solicitações devem ser dirigidas a Publicações OIT (Direitos do Autor e Licenças), International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Suíça, ou por e-mail: pubdroit@ilo.org. Os pedidos serão bem-vindos.

Boas Práticas em Comunicação. Um guia para fontes de informação. Supervisão editorial Veet Vivarta; Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC). — [Brasília]: OIT - Secretaria Internacional do Trabalho, 2006 / Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI, 2007.

124 p.

ISBN 978-92-2-820004-1 (print).

- ISBN 978-92-2-820005-8 (web pdf).

1. Trabalho Infantil. 2. Comunicação. 3. Fontes de informação. 4. Brasil. I. Vivarta, Veet. II Alencar, Marco Túlio. III Rocha, Daniela. V. OIT. VI. IPEC VII. ANDI. VIII. Programa de Comunicação para Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil. IX. Título: Um guia para fontes de informação

As designações empregadas na presente publicação, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, e a apresentação de material nelas incluídas não significam, da parte da Secretaria Internacional do Trabalho, qualquer juízo com referência à situação legal de qualquer país ou território citado ou de suas autoridades, ou à delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade por opiniões expressas em artigos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores, e sua publicação não significa endosso da Secretaria Internacional do Trabalho às opiniões ali constantes.

Referências a firmas e produtos comerciais e a processos não implicam qualquer aprovação pela Secretaria Internacional do Trabalho, e o fato de não se mencionar uma firma em particular, produto comercial ou processo não significa qualquer desaprovação.

Os recursos para esta publicação foram fornecidos pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos (USDOL). Esta publicação não reflete, necessariamente, as políticas do USDOL. De igual maneira a menção de marcas, produtos comerciais ou organizações não implica em qualquer forma ou endosso do Governo dos Estados Unidos.

Catálogo na Fonte: Daniel Borges

Revisão: Daniela Rocha e Renato Mendes

Diagramação: André Nóbrega

Advertência: o uso da linguagem que não discrimine nem estabeleça a diferença entre homens e mulheres, meninos e meninas é uma preocupação deste texto. O uso genérico do masculino ou da linguagem neutra dos termos criança e adolescente foi uma opção inescapável em muitos casos. Mas fica o entendimento de que o genérico do masculino se refere a homem e mulher e que por trás do termo criança e adolescente existem meninos e meninas com rosto, vida, histórias, desejos, sonhos, inserção social e direitos adquiridos.

As publicações da OIT podem ser obtidas no escritório para o Brasil: Setor de Embaixadas Norte, Lote 35, Brasília - DF, 70800-400, tel.: (61) 2106-4600, nos escritórios locais de vários países, ou solicitando a: Las Flores 275, San Isidro, Lima 27 - Peru. Apartado 14-24, Lima - Peru.

Visite nosso site: www.oitbrasil.org.br

Impresso no Brasil

Sumário



Apresentação	05
<hr/>	
Sobre a ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância	07
• <i>Projetos</i>	15
<hr/>	
A comunicação na eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil	23
• <i>O trabalho infantil no Brasil</i>	31
• <i>Estratégias de informação e mobilização</i>	34
CAPACITAÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO	36
• <i>Recomendações para fontes: critérios ao divulgar informações</i>	46
• <i>Conceitos jornalísticos</i>	48
ENCONTROS DE COMUNICAÇÃO	62
PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO SENSIBILIZADOS E CAPACITADOS	70
• <i>Agenda de Comunicação</i>	76
<hr/>	
Análise de mídia	79
• <i>Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil</i>	86
• <i>Mídia e trabalho infantil: evolução irregular na cobertura jornalística</i>	89
<hr/>	
Pesquisa Ibope de opinião pública	98
<hr/>	
Relatórios de acompanhamento	106
<hr/>	
Anexo	110

Apresentação

O Programa de Comunicação para Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil, executado pela ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), teve seu início em julho de 2004. A vertente da comunicação surgia como um dos vetores de uma ampla estratégia de ação executada a partir do Programa de Duração Determinada para Contribuir com a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil, desenvolvido pela OIT no âmbito do seu Programa Internacional pela Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC).

Durante 23 meses, o programa de comunicação coordenado pela ANDI realizou um significativo esforço de capacitação junto a atores envolvidos na prevenção e na eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil e, ao mesmo tempo, buscou sensibilizar profissionais da imprensa e qualificá-los para focar o tema de forma aprofundada. O objetivo dessa abordagem era dar visibilidade às Piores Formas de Trabalho Infantil, evocando o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Convenção nº 182 da OIT, norma internacional que trata especificamente da proibição desse tipo de exploração e da ação imediata para sua eliminação. Tendo a mídia como aliada, o deba-

te junto à sociedade civil passa a ganhar força, colocando o tema em destaque na pauta da agenda pública.

Como continuidade à publicação *Piores Formas de Trabalho Infantil – Um Guia para Jornalistas*, o presente documento sistematiza as boas práticas do programa de comunicação executado pela ANDI, permitindo que outras instituições tomem conhecimento delas e possam, de forma autônoma, agregar elementos da comunicação a seus planos de ação. Dessa maneira, poderão garantir maior alcance às suas atividades e contribuir ainda mais efetivamente com o movimento pela eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil no país.

Esta publicação traz contribuições de representantes de várias instituições que participaram direta ou indiretamente das ações do Programa de Comunicação para Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil.

Agradecemos em especial a adesão e colaboração do Fórum Nacional e dos Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, de representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público do Trabalho, de entidades de empregadores e de trabalhadores e de organizações não-governamentais, além de representantes das Nações Unidas e de agências de cooperação internacionais. ▲

Veet Vivarta – Secretário Executivo da ANDI

Láís Abramo – Diretora do Escritório da OIT no Brasil

**Sobre a ANDI – Agência
de Notícias dos Direitos
da Infância**



A ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância é uma organização da Sociedade Civil, fundada em 1992, em Brasília, pelos jornalistas Âmbar de Barros e Gilberto Dimenstein. A missão da Agência é contribuir para a construção, nos meios de comunicação, de uma cultura que valorize a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, considerando que a democratização do acesso desses segmentos a seus direitos sociais básicos é condição fundamental para a promoção da equidade social e do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, um dos principais objetivos da Agência tem sido contribuir para que jornalistas e empresas de comunicação passem a tratar mais sistematicamente – e como prioridade – as questões que afetam a qualidade de vida de meninos e meninas.

O modelo de Comunicação para o Desenvolvimento implementado pela ANDI articula uma série de ações que visam orientar a influência da imprensa no âmbito da esfera pública. Esse modelo baseia-se em teorias da comunicação que sustentam que a mídia desempenha três importantes funções com efeitos positivos sobre a democracia e o desenvolvimento humano, a saber:

- Prover a sociedade com informações contextualizadas, empoderando a cidadania.

- Agendar o debate público de maneira plural (*agenda-setting*).
- Exercer, direta ou indiretamente, o controle social sobre governantes e políticas públicas.

Hoje, a ANDI é reconhecida internacionalmente como um centro de referência em comunicação focada nos direitos humanos e na agenda social brasileira, especialmente no que se refere à realidade da infância e da adolescência.

O trabalho da Agência está orientado pela Convenção sobre os Direitos da Criança, pelo artigo 227 da Constituição Federal (que estabelece prioridade absoluta à infância e adolescência), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelas boas práticas do jornalismo plural, independente e socialmente responsável.

Vale ressaltar que o conjunto de ações implementadas pela ANDI só se torna possível a partir da contribuição de um vasto número de atores sociais – jornalistas, empresas de comunicação, Conselhos dos Direitos, Conselhos Tutelares, organizações da Sociedade Civil, instituições governamentais, Setor Privado, fundações, organismos internacionais e universidades, por exemplo –, que vêm se mobilizando para que os direitos da infância e da adolescência sejam garantidos e ganhem o devido espaço na agenda política e na mídia nacional.

Qualificar a informação

Na época em que a ANDI foi criada, apesar de já vigorar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 1990, as pautas jornalísticas relativas a esses segmentos populacionais continuavam a priorizar a temática da violência. Além disso, notícias sobre aspectos diretamente vinculados à questão da ex-

Eixos Estratégicos

São três os eixos estratégicos que direcionam as iniciativas desenvolvidas pela ANDI:

- **Mobilização** – Por meio das atividades de Mobilização, a Agência busca sensibilizar os profissionais de mídia para a necessidade de garantir o espaço adequado à cobertura jornalística das temáticas relacionadas à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Ao mesmo tempo, orienta os mais diversos atores sociais para que, enquanto fontes de informação, estabeleçam um diálogo qualificado e produtivo com os jornalistas.
- **Qualificação e Análise** – As ações que integram este eixo buscam contribuir para o aprimoramento da qualidade da informação pública sobre os mais variados e relevantes temas sociais. Além das questões diretam-

clusão social, como aquelas referentes à situação dos “meninos de rua”, eram encontradas quase sempre nas páginas policiais, com um enfoque de ameaça à classe média. O retrato factual pintado pela imprensa de então não trazia, portanto, seja a dimensão do problema, seja a dos desafios a serem enfrentados pela sociedade para superá-lo.

te correlacionadas à infância e à adolescência, estão em foco aquelas capazes de gerar fortes impactos nos processos de desenvolvimento que também contemplam esse universo populacional – tais como direitos humanos, meio ambiente, responsabilidade social empresarial ou tecnologias sociais.

- **Monitoramento** – A ANDI entende que seus objetivos de mobilização e qualificação não podem ser realizados de maneira eficaz na ausência de um forte processo de monitoramento e leitura crítica da cobertura da mídia. Nesse sentido, são desenvolvidas diversas ações de acompanhamento, em termos quantitativos e qualitativos, das notícias veiculadas. O monitoramento envolve a avaliação de milhares de matérias, segundo um sistema específico de classificação, que radiografa os principais elementos utilizados na construção da notícia.

É diante desse cenário que os fundadores da ANDI decidem buscar meios de contribuir para a qualificação da informação oferecida à sociedade brasileira sobre a infância e a adolescência. Inspirada diretamente nos preceitos estabelecidos pelo ECA, a Agência nasce com o objetivo de cooperar com os profissionais de imprensa, incentivando-os a noticiar os temas relativos à população infanto-juvenil a partir de uma nova ótica – pautada pelos direitos recém-adquiridos e comprometida com a discussão das políticas públicas voltadas a esse segmento populacional.

Nessa empreitada, a nova entidade obteve o apoio de coordenadores de importantes organizações da área da infância, como Benedito Rodrigues dos Santos, Antônio Carlos Gomes da Costa, Mário Volpi e também de membros do Unicef, entre os quais Cesare La Rocca e Salvador Herencia. Ao mesmo tempo já buscava potencializar suas ações – como faz até hoje – por meio do estabelecimento de parcerias com instituições da sociedade civil e do poder público, além de organismos internacionais, que compreendiam a comunicação como elemento estratégico para o desenvolvimento humano do país.

Atualmente, a Agência é apoiada por várias organizações nacionais e de âmbito internacional. Entre elas, podemos apontar a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Unicef, Unesco, Fundação W.K.Kellogg, Fundação Ford, Save the Children Su-

écia, Save the Children Noruega, Petrobras, Instituto Votorantim, Plan Internacional, Fundação Avina, Instituto Ethos, Instituto WCF Brasil, Fundação Lemann, entre outros. Mantém ainda parcerias com setores governamentais, como a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o Ministério da Cultura. A Agência também foi indicada, em 2004, como uma das três finalistas do Prêmio Japão para Projeto mais Inovador de Desenvolvimento, organizado pela ONG Global Development Network (GDN).

Além disso, a jornalista Âmbar de Barros, atualmente sócia da Assembléia Geral da ANDI, foi reconhecida pelo Unicef, no relatório *Situação Mundial da Infância 2002*, como um dos líderes brasileiros que mais se destacaram no Movimento Global pela Criança na última década, em função de ter, há quase 15 anos, criado a Agência. Entre os prêmios recebidos pela ANDI estão:

- Prêmio Dom Hélder Câmara de Imprensa – 2004.
- Prêmio Unesco 2001, na categoria Comunicação.
- Prêmio Bem Eficiente 2001 e 2004, concedido pela Kanitz e Associados.
- Prêmio Ibero-Americano de Comunicação pelos Direitos da Criança e do Adolescente, concedido pelo Unicef e pela Agência de Notícias Espanholas EFE, em 2001.

Princípios norteadores

Como diretrizes para suas atividades, a ANDI:

- *Acredita* que a democratização e a qualidade da informação são elementos essenciais na construção de consciências e de um estado permanente de mobilização transformadora.
- *Compreende* que deve estimular os jornalistas e as fontes de informação a buscarem novas abordagens em benefício da promoção do desenvolvimento humano e social a partir da mobilização em torno da defesa dos direitos da criança e do adolescente, com foco extensivo às questões de gênero e etnia.
- *Reconhece* ser fundamental a criação de uma cultura de co-responsabilidade pela qualidade da informação pública como condição estratégica para a inserção da criança e do adolescente como personagens prioritários na agenda nacional de desenvolvimento humano e social.
- *Embasa* suas posições e práticas na Convenção sobre os Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Projetos

Entre os diversos projetos desenvolvidos pela Agência ao longo dos últimos anos, dois merecem destaque no que se refere à presente publicação: o *Jornalista Amigo da Criança* e a Rede ANDI Brasil.

Jornalista Amigo da Criança

Uma das iniciativas permanentes da ANDI, o projeto *Jornalista Amigo da Criança* foi criado em 1997 com o objetivo de contribuir para a ampliação e a qualificação da cobertura da imprensa nas questões ligadas à infância e à adolescência, a partir da construção, nas redações dos principais meios de comunicação, de uma rede de profissionais preocupados com os temas relativos à agenda social brasileira.

Por meio do monitoramento da produção editorial de dezenas de veículos de todo o país, a ANDI identifica os responsáveis por reportagens de destaque sobre temáticas socialmente relevantes e os convida a receber o diploma de *Jornalista Amigo da Criança*, como forma de reconhecimento do seu trabalho e como incentivo à continuidade de sua atuação, sobretudo no que tange aos direitos da criança e do adolescente. Atualmente, 326 profissionais de todo Brasil são diplomados.

Para fomentar essa rede de jornalistas, a ANDI mantém com eles um contato constante, fornecendo apoio direto ao trabalho que desempenham nas redações. Sugestões de pautas e publicações especializadas editadas pela Agência são enviadas com periodicidade aos profissionais, que recebem ainda oportunidades de aperfeiçoamento e treinamento sobre temas sociais e questões relativas à infância e à adolescência, materializadas em seminários e cursos de capacitação.

Uma das maiores conquistas do projeto, fruto dessas iniciativas e da dedicação dos profissionais diplomados, é a constatação de que os Jornalistas Amigos da Criança se tornaram referência no tratamento desses assuntos no âmbito de suas redações.

Pesquisa realizada em 2004 pela empresa de consultoria John Snow Brasil revelou o forte impacto do projeto nos meios de comunicação. De acordo com o estudo, que entrevistou uma amostra representativa de Jornalistas Amigos da Criança em todo o Brasil, 78% deles produzem entre uma a três reportagens por mês a partir de publicações elaboradas pela ANDI. Adicionalmente, 97,5% afirmam que os editores e diretores de jornais passaram a abrir mais espaço nos veículos para matérias relacionadas à criança e ao adolescente a partir desta iniciativa. Além disso, 98,7% dizem que após serem diplomados pela ANDI, o interesse em cobrir temas relacio-

nados a estas temáticas aumentou. Outra importante informação é que 85% dos profissionais concordam plenamente com a afirmação de que “O projeto *Jornalista Amigo da Criança* influenciou positivamente a qualidade da cobertura jornalística acerca dos assuntos ligados à criança e ao adolescente”.

Os resultados da pesquisa deixam claro que ao estimular a mobilização das redações diante dos principais desafios enfrentados pela população infanto-juvenil, a ANDI fortalece potencialmente a presença desses temas na agenda pública brasileira. Ao oferecer oportunidades de apoio e capacitação para os jornalistas diplomados, contribui também para a qualificação das matérias veiculadas na mídia, o que eleva, em consequência, o nível do debate na esfera pública. De resto, ao premiar jornalistas pelo mérito de seu trabalho, estimula seus pares a buscar a mesma distinção, resultando num projeto com importante efeito-demonstração sobre os profissionais do setor.

Dessa forma, o diploma de *Jornalista Amigo da Criança* é um reconhecimento ao conjunto do trabalho do profissional e, sobretudo, ao exercício jornalístico que se referencia nos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente. No tema Eliminação do Trabalho Infantil, vários Jornalistas Amigos da Criança produziram reportagens de destaque ao longo dos últimos quatro anos.

Rede ANDI Brasil

Experiência pioneira no país, a Rede ANDI Brasil é formada por organizações da sociedade civil que têm na comunicação uma ferramenta para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes e a promoção do desenvolvimento humano. Criada no ano 2000, a articulação iniciou suas ações com a transferência de tecnologias (métodos e estratégias) desenvolvidas pela ANDI nos últimos anos. Desde sua instituição, a Rede assumiu a missão de investir na formação de uma cultura jornalística socialmente responsável e atuante no que diz respeito às principais questões de interesse da infância e adolescência brasileiras (*veja as entidades integrantes da Rede na página 20*).

As organizações que integram a iniciativa desenvolvem esforços para o alcance dos seguintes objetivos:

- a) Consolidar uma cultura jornalística que priorize a cobertura de temas que incidam na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- b) Contribuir para o desenvolvimento de uma cultura – nas instituições e entre os profissionais que atuam na área da infância e adolescência – que valorize o diálogo ético e sistêmico com os jornalistas e que vise o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação.

- c) Apoiar na formação de estudantes universitários para atuarem como agentes de comunicação e mobilização social.

Dentre os diversos produtos gerados por cada Agência, destacam-se:

- *Prioridade Absoluta* – boletim semanal contendo a agenda estadual dos acontecimentos relacionados à infância e adolescência, além de sugestões de pautas para a imprensa.
- *Clipping A Criança e o Adolescente na Mídia* – informativo eletrônico diário com o resumo das principais notícias sobre infância e adolescência publicadas nos veículos de comunicação de cada estado.
- *Banco de Fontes* – base de dados eletrônica com informações sobre entidades e especialistas que atuam em defesa dos direitos de crianças e adolescentes em cada estado.
- *A Criança e o Adolescente na Mídia* – publicação que apresenta uma análise quanti-qualitativa da cobertura jornalística relativa à infância e à adolescência do estado. A pesquisa tem por objetivo oferecer aos jornalistas e às fontes de informação um panorama de como os temas relativos às novas gerações são

veiculados, trazendo avaliações sobre a evolução da qualidade das reportagens e sobre a efetiva capacidade da mídia em contribuir no agendamento desses temas junto ao poder público local.

Ao todo, as Agências da Rede trabalham em seu dia-a-dia com um universo de mais de dois mil jornalistas, acompanhando sistematicamente o comportamento de 116 veículos de comunicação no Brasil e distri-

Rede ANDI Brasil

Atualmente, 11 Agências – coordenadas por organizações das cinco regiões brasileiras – integram a Rede ANDI Brasil. São elas:

Centro Oeste

- ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância (DF)
- Girassolidário – Agência de Notícias em Defesa da Infância (MS)

Norte

- Agência Uga-Uga de Comunicação (AM)

buindo materiais para um *mailing* de mais de 15 mil contatos – entre comunicadores, parceiros e organizações sociais. Neste período de existência da Rede, foram editadas 40 publicações com análises da cobertura das mídias estaduais, tendo como foco temas relevantes para o universo infanto-juvenil, tais como educação, violência, exploração sexual e protagonismo juvenil, além do trabalho infantil (incluindo aspectos relativos às suas Piores Formas).

Nordeste

- Cipó – Comunicação Interativa (BA)
- Auçuba – Comunicação e Educação (PE)
- Associação Companhia TerrAmar (RN)
- Instituto Recriando (SE)
- Catavento – Comunicação e Educação Ambiental (CE)
- Agência de Notícias da Infância Matraca (MA)

Sudeste

- Oficina de Imagens – Comunicação e Educação (MG)

Sul

- Ciranda – Central de Notícias dos Direitos da Infância e da Adolescência (PR)

No ano 1999, a ANDI registrou cerca de 45 mil matérias sobre o universo da infância e adolescência publicadas pelo conjunto de jornais monitorados. Em 2005, esse número alcançou mais de 106 mil matérias, dado que corresponde a um aumento de mais de 100% no percentual de notícias sobre o tema publicadas desde que a Rede foi implementada.

Desde 2006, a Rede ANDI Brasil vem desenvolvendo também o projeto *Comunicação para o Desenvolvimento*, que reúne uma série de ações focadas no Semi-árido – região que abriga 11 estados brasileiros e que se constitui como um desafio para a efetiva promoção e garantia dos direitos da infância e da adolescência no país. Tendo como base o *Pacto Nacional: Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido*, as agências da Rede buscam monitorar, mobilizar e qualificar empresas e profissionais de comunicação para contribuir no esforço de transformar a realidade social e econômica da região.

A experiência da Rede ANDI Brasil está relatada no livro *Da Árvore à Floresta*. Além de uma importante contribuição ao debate sobre formação e manutenção de redes sociais, a publicação se constitui em um trabalho de sistematização e divulgação do conhecimento acumulado pela experiência da Rede Brasil, tendo como objetivo promover o intercâmbio com outras redes, além de ajudar na consolidação de articulações em processo de estruturação. ▲

**A comunicação na
eliminação das Piores
Formas de Trabalho Infantil**



Para uma ação eficaz de eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil, uma das frentes de trabalho propostas pelo Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da OIT foi o desenvolvimento e a implementação de uma estratégia de comunicação a ser desenhada e executada pela ANDI¹.

O projeto, intitulado *Programa de Ação de Comunicação para a Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil*, foi realizado entre julho de 2004 e junho de 2006. Durante esse período, a ANDI esteve ativamente envolvida no esclarecimento junto à mídia – e a distintos atores sociais – sobre as especificidades e diferenças existentes entre aquelas consideradas as Piores Formas de Trabalho Infantil. Reconhecendo que a imprensa é ator fundamental no agendamento e na qualidade das discussões na pauta pública, a ANDI dedicou especial atenção à mobilização e qualificação de jornalistas nesse debate.

Nesse processo, é preciso ter em mente que a abordagem do trabalho infantil na mídia produz

¹ O objetivo foi de contribuir para conscientização na prevenção e erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil no Brasil, especialmente na utilização de mão-de-obra de crianças e adolescentes na exploração sexual comercial, no narcoplantio e tráfico de drogas, no trabalho infantil doméstico, no trabalho na agricultura familiar e na economia informal urbana.

mais os eventos que os conceitos de Piores Formas de Trabalho Infantil e, muitas vezes, desconsidera parâmetros previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para facilitar a abordagem sobre o tema por parte dos profissionais das redações, a execução do *Programa de Ação de Comunicação* ocorreu de forma integrada e conjunta com programas de atendimento direto a crianças e adolescentes inseridos em atividades consideradas Piores Formas de Trabalho Infantil. Tais programas aconteceram nas regiões Nordeste (Maranhão e Paraíba), Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) e Sul (Rio Grande do Sul), sendo posteriormente estendidos aos estados do Piauí, Alagoas, Santa Catarina, Paraná e Distrito Federal – isto em uma segunda fase do PDD (Programa de Duração Determinada para Contribuir com a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil), desenvolvido pela OIT no âmbito do seu Programa Internacional pela Eliminação do Trabalho Infantil.

Apesar de as ações diretas estarem dirigidas à realidade dos estados onde se realizavam, a estratégia de comunicação procurou potencializar as iniciativas locais de modo a que alcançassem visibilidade e repercussão nacional.

Além disso, aconteceram, simultaneamente, programas nas áreas de educação (parceria entre a OIT e a organização Save the Children Reino Unido) e de política pública e responsabilidade social empresarial (parceria entre a OIT e a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança).

Contando com essas atividades como “pano de fundo”, procurou-se cooperar com a mídia, para que pudesse promover esse debate, sugerir soluções e divulgar a criação e implantação de políticas públicas concretas – que permitam às crianças e adolescentes a reintegração na escola e na sociedade – visando à eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil.

Ação conjunta

A atuação proativa da mídia em relação ao tema tem uma grande relevância no que se refere ao esclarecimento da população, principalmente, quanto a seu papel na prevenção e eliminação de exploração de crianças e adolescentes. Outra importante atribuição dos meios de comunicação diz respeito ao monitoramento da execução das diretrizes legais, estimulando o poder público a tomar as medidas de emergência para a eliminação imediata do problema, prevista no artigo 1º da Convenção 182 da OIT.

Piores Formas de Trabalho Infantil

As Piores Formas de Trabalho Infantil são proibidas para pessoas abaixo de 18 anos. A Convenção 182 da OIT estabelece que este conceito abrange:

- a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívidas, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- b) utilização, recrutamento e oferta de criança para fins de prostituição, produção pornográfica ou atuações pornográficas;
- c) utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes, conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;
- d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

Essas quatro categorias integram o núcleo básico do conceito Piores Formas de Trabalho Infantil e devem

ser priorizadas nas políticas públicas e suas estratégias de combate.

A Recomendação 190, da Convenção 182 da OIT, define como critério para determinar os trabalhos do item “d” acima, as seguintes formas de exploração da mão-de-obra infantil:

- a) trabalho que expõe crianças a abusos físicos, psicológicos ou sexuais;
- b) trabalho embaixo da terra, embaixo da água, em alturas perigosas ou em espaços confinados;
- c) trabalho com maquinaria, equipamento e ferramentas perigosas, ou que envolva manusear ou transportar cargas pesadas;
- d) trabalho em ambientes insalubres que possa, por exemplo, expor crianças a substâncias, agentes ou processos perigosos, ou a níveis de temperatura, ruído ou vibração que possam ocasionar danos à saúde;
- e) trabalho em condições particularmente difíceis, como trabalho por longas jornadas, durante a noite, ou atividade onde a criança é confinada no local de trabalho.

Nesse sentido, dada a complexidade do tema – que envolve componentes culturais, além dos enfoques de gênero, raça e etnia – tornou-se essencial capacitar os profissionais de comunicação e as fontes de informação, de forma a minimizar riscos de incompreensão e evitar visões deturpadas da situação, que pudessem gerar preconceitos ou até mesmo confundissem a opinião pública.

Para que a realidade das crianças e adolescentes afetadas pelas Piores Formas de Trabalho ganhasse relevância no debate social foi necessário, portanto, compartilhar com a comunidade os resultados de pesquisas e discussões realizadas em torno do assunto. Da mesma forma, buscou-se ainda propor ações de mobilização social para a contenção e/ou superação da violação de direitos e para o incentivo na implementação de políticas públicas eficientes e eficazes.

Dentro dessa perspectiva, a ANDI – com apoio das agências que compõem a Rede ANDI Brasil – desenvolveu diversas estratégias, durante a execução do *Programa de Ação de Comunicação*, buscando que a sociedade, suas organizações e a mídia se tornassem parceiras comprometidas com a eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil, principalmente ao contribuir para desvelar a situação de ocultamento de violações dos direitos de crianças e adolescentes.

A fim de aprimorar o trabalho já desenvolvido pelos mais diversos atores sociais envolvidos com o tema – desde instâncias governamentais a órgãos de cooperação internacional, passando pela sociedade civil organizada, que inclui organizações de empregadores e de trabalhadores –, buscou-se cooperar e assistir a esse público em relação à elaboração de estratégias de comunicação. Paralelamente, foi feita uma mobilização junto a jornalistas, no sentido de adequar a cobertura dedicada à temática.

Vale lembrar que os profissionais de comunicação, uma vez adequadamente informados e mobilizados, tornam-se privilegiados agentes multiplicadores do debate da questão junto à sociedade civil e estimuladores de políticas públicas concretas para a prevenção e eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil.

Em síntese, a idéia era que, ao final do *Programa de Ação*, formadores de opinião, parceiros e fontes de informação estivessem conscientizados sobre a importância dos meios de comunicação para a prevenção e eliminação do trabalho infantil. Além disso, buscou-se que as redações estivessem sensibilizadas e capacitadas na cobertura de questões relativas às Piores Formas de Trabalho Infantil.

O trabalho infantil no Brasil

O trabalho infantil era permitido no Brasil até 1943, ano em que foi aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Atualmente, a Constituição Federal estabelece que somente a partir de 16 anos está permitida a admissão ao trabalho e ao emprego. A única exceção à proibição constitucional é a admissão na condição de aprendiz, permitida a partir dos 14 anos (artigo 7º, inciso XXXIII), para tipos de atividades que apresentem os requisitos legais para a aprendizagem profissional, previstos na CLT, com alterações introduzidas pela Lei nº 10.097/00.

A legislação brasileira protege o trabalho do adolescente dos 16 aos 18 anos. Nessa condição, as atividades não podem ser realizadas em horário noturno ou em locais e serviços considerados perigosos ou insalubres, para se garantir respeito à condição “de pessoa em circunstância peculiar de desenvolvimento”, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Além da Constituição e do ECA, o Brasil construiu importantes e avançados marcos legais para o enfrentamento do trabalho infantil. Em 2 de fevereiro de 2000, foi ratificada a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece a

proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil (perigosas, insalubres e penosas ou executadas no ilícito) e prevê a ação imediata para sua eliminação.

Em 5 de fevereiro de 2001, foi publicada a Portaria nº 6 da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego, reeditando e proibindo os 82 tipos de trabalho ou atividades considerados perigosos – proibidos para menores de 18 anos –, além de indicar as formas de trabalho infantil que devem ser imediatamente eliminadas no Brasil.

No dia 28 de junho de 2001, foi ratificada a Convenção 138 da OIT, sobre a idade mínima para admissão ao trabalho ou ao emprego, promulgada como Lei no dia 15 de fevereiro de 2002.

Contudo, se por um lado o Brasil assumiu a liderança, na América Latina, em relação à adoção de leis que buscam a prevenção e eliminação do trabalho infantil – e também a proteção do adolescente trabalhador –, por outro, ainda se mostra insuficiente a efetivação de práticas para o enfrentamento do problema e para a eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil.

Dados e estatísticas

Em 2005, após 14 anos de contínua queda, os índices de trabalho infantil registrados no Brasil cresceram, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílio (PNAD), do IBGE. De acordo com o estudo, o contingente de crianças e adolescentes entre 5 a 17 anos de idade ocupados passou de 11,8%, em 2004, para 12,2%, em 2005. O levantamento mostra ainda que o nível de ocupação no grupo etário de 5 a 9 anos cresceu de 1,5% para 1,8%; e de 10,1% para 10,8%, na faixa de 10 a 14 anos. Já no caso dos adolescentes de 15 a 17 anos, os índices registraram uma pequena queda, passando de 31,1% para 30,8%. A análise da PNAD aponta ainda que o acréscimo de 10,3% no número de crianças ocupadas de 5 a 14 anos de idade foi influenciado pelo crescimento na categoria dos trabalhadores na produção para o próprio consumo e na dos não-remunerados, atividades típicas das áreas rurais.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o trabalho infantil doméstico está entre as ocupações que, no Brasil, mais recrutam a mão-de-obra de crianças e adolescentes, especialmente meninas. Também é alta a proporção de meninos e meninas inseridos precocemente no trabalho no meio rural, como mencionado anteriormente. Nas grandes cidades, amplia-se o número de crianças trabalhando na economia informal. Além disso, destaca o MTE, seguem existindo situações de exploração no ilícito, principalmente de meninos no tráfico de drogas, e de meninas em atividades que as exploram sexualmente.

Estratégias de informação e mobilização

Para comunicar bem, em primeiro lugar é preciso que os atores sociais entendam seu papel enquanto fontes de informação e estejam preparados para atender às demandas dos jornalistas. Eles devem consensuar seus discursos em torno do tema em debate e buscar, em seu dia-a-dia, complementarem-se na prática de suas ações.

Desta forma, o primeiro ponto desenvolvido em profundidade no programa de comunicação da ANDI foi a **capacitação dos atores** diretamente envolvidos com a identificação e retirada de crianças do trabalho infantil em seus estados. Em segundo lugar, era importante realizar continuamente uma estratégia de **sensibilização de profissionais de comunicação** e, simultaneamente, fazer o acompanhamento de como a imprensa abordava o tema. Para esse último aspecto, a ANDI utilizou sua metodologia de análise de mídia para realização de **estudos quanti-qualitativos** sobre como o tema trabalho infantil aparecia nos jornais e revistas brasileiros.

No campo da capacitação, o programa de comunicação realizou três tipos de oficinas. Intitulada *Oficina de Capacitação de Fontes de Informação*, a primeira delas ocupava dois dias, envolvendo instituições que

já haviam iniciado, em parceria com a OIT, projetos de identificação e retirada de crianças do trabalho infantil. Entre os participantes desse tipo de evento encontravam-se também representantes de organizações dos programas locais de educação para eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil. Mais adiante, a metodologia e os conteúdos dessas capacitações – realizadas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, João Pessoa, São Luis e Porto Alegre – serão detalhadas.

Os outros dois tipos de oficinas foram chamados de *Encontro com Fontes* e *Encontro com Jornalistas*, realizados em estados brasileiros que estavam em processo inicial de elaboração de seus planos de ação para eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil (Distrito Federal, Alagoas, Piauí, Paraná e Santa Catarina). Os objetivos, metodologias e modelos de programação destes eventos estão descritos a partir da página 62.

CAPACITAÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO

As organizações da sociedade civil necessitavam estar preparadas para atuar como fontes de informação especializadas ao longo de toda a execução dos programas de prevenção e enfrentamento das Piores Formas de Trabalho Infantil. Da mesma maneira, as entidades governamentais que lidam com o problema precisavam capacitar-se para responder de forma permanente às demandas na área de comunicação – já que um dos compromissos assumidos pelo Brasil diante da comunidade internacional é adotar a eliminação do trabalho infantil como política de Estado, ou seja, que deve ser implementada de maneira contínua e independente dos governos que se sucedem.

Diante desse cenário, as instituições que atuam na área da prevenção e eliminação do trabalho infantil, além de aprofundarem a compreensão e se capacitarem para a difusão do significado da expressão “Piores Formas de Trabalho Infantil”, foram orientadas em relação à elaboração e execução de seus próprios planos de comunicação – o que inclui, entre outros aspectos, a identificação do que seja “informação qualificada” e dos recursos para estabelecer uma relação permanente com a mídia. Além disso, o proces-

so pressupõe o compartilhamento da informação no ambiente interno da instituição e a comunicação horizontal na própria comunidade. Uma vez que as ações diretas de identificação e retirada de crianças do trabalho se davam no âmbito comunitário, era fundamental o canal de diálogo constante com a sociedade e com os meios de comunicação locais (como rádios comunitárias, jornais alternativos e jornais escolares). É importante destacar que esta oficina tinha como objetivo propiciar que os diferentes atores sociais – coordenadores de projetos, responsáveis por ações na esfera governamental e parceiros diversos – passassem a pensar a comunicação como estratégia decisiva para a eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil. Nesse sentido, o processo local se desenvolvia a partir da identificação de informações e dados a serem divulgados, em paralelo a uma articulação com jornalistas das cinco capitais selecionadas. Ao mesmo tempo ocorria, nas instituições, um esforço de aprimoramento da comunicação interna e da inclusão desse tema em oficinas com crianças e adolescentes assistidos.

Desta forma, uma vez que coordenadores e parceiros estratégicos tivessem maior conhecimento sobre processos comunicacionais, tornavam-se também aptos a capacitar crianças e adolescentes atendidos no projeto para que pudessem comunicar de maneira a fortale-

cer seus direitos – ou seja, como verdadeiros protagonistas na comunicação.

As oficinas buscavam assim tornar tais atores capazes de repercutir e divulgar ações da área e de dar visibilidade ao tema, contribuindo para a geração de políticas públicas que promovessem a eliminação dessas formas de violação dos direitos de crianças e adolescentes.

Estrutura dos eventos

O *Programa de Ação de Comunicação para a Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil* foi apresentado aos jornalistas e às fontes de informação em cada encontro realizado em seu âmbito. A idéia era discutir os desafios e a abrangência da proposta, executada com a participação da ANDI e dos parceiros locais.

Tais eventos – que contaram com a parceria dos Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador – adotaram como formato a mesa redonda, além de discussões em grupo. A idéia era promover debates que contribuíssem para ampliar o nível de compreensão do conceito Piores Formas de Trabalho Infantil, e também da maneira como se dá o processo de interação entre as fontes de informação e os

jornalistas, tendo em vista uma melhor abordagem do assunto.

Em cada oficina, um profissional de imprensa integrante da rede de Jornalistas Amigos da Criança foi convidado a falar sobre o cotidiano das redações e também sobre a lógica e o funcionamento de uma empresa jornalística. A expectativa com essa iniciativa era desconstruir alguns dos mitos correntes sobre os meios de comunicação, procurando estabelecer uma relação de maior parceria entre fontes e veículos.

Essa ação possibilitou que os participantes desenvolvessem um conhecimento mais aprofundado sobre como é produzida a cobertura de um tema pela mídia, em especial do trabalho infantil. Na ocasião, alguns jornalistas relataram suas experiências na área e ofereceram exemplos das dificuldades para localizar informações qualificadas sobre o assunto.

Para as discussões em grupo, foram definidas duas importantes questões: “*O conceito de Piores Formas de Trabalho Infantil. Como comunicar?*” – debate que teve como ponto de partida a legislação sobre o assunto – e “*Análise da notícia: como o tema Piores Formas de Trabalho Infantil vem aparecendo na mídia? Qual o enfoque? Quais as recomendações para melhorar a cobertura?*”.

Nesse caso, o objetivo central estava em abordar mais claramente tanto os processos de comunicação das entidades quanto os mecanismos para a criação de canais diretos e indiretos de relação entre a mídia e os parceiros envolvidos na iniciativa. Para isso, conceitos e aspectos práticos da comunicação – o que é notícia, a dinâmica dos diferentes veículos, a produção de um *release* e até mesmo as especificidades de uma entrevista para jornal, rádio, tevê e internet, entre outros temas – foram destacados. Vale ainda salientar que todos esses conceitos e orientações foram apresentados tendo como preocupação permanente a necessidade de cuidados com a exposição de meninos e meninas pela mídia, como estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Diversos níveis e formas de comunicação

Merece atenção, nesse estágio de nossa discussão, o fato de que várias podem ser as estratégias comunicacionais de uma instituição. Uma delas é a apropriação da comunicação como um elemento interno a ser trabalhado. É importante compartilhar as informações e, ao mesmo tempo, conhecer as funções exercidas por cada colaborador ou colaboradora, para determinar de que forma podem contribuir

com a comunicação externa – ou seja, com a divulgação de ações, de resultados ou simplesmente do tema do projeto junto à imprensa. Recomenda-se não centralizar em uma única pessoa – por exemplo, no coordenador do projeto – a incumbência de atender as demandas de jornalistas.

A comunicação externa também pode acontecer em diferentes níveis e de várias formas. Uma delas é via contato com jornalistas dos meios de comunicação (jornais impressos, redes de televisão, redes de rádio) de maior circulação na região. Outra é o diálogo com os pequenos veículos, como jornais e rádios comunitários, extremamente eficazes quando se trata de atingir um público específico da localidade. Em ambos os casos, é importante conhecer a estrutura de conteúdo dos veículos: as seções ou editorias dos jornais (exemplo: se tem colunistas, se tem espaços fixos para veicular temas como cidadania e responsabilidade social etc.) e quais os formatos dos noticiários e dos programas de entrevista na tevê e no rádio que podem veicular temas sociais e promover debates (inclusive vale observar os espaços de entretenimento, como os programas de auditório e aqueles dirigidos ao público feminino).

Ao “mapear” a mídia local, várias idéias podem surgir sobre como “ocupar” espaços capazes de veicular temas sociais. Em paralelo, a instituição deve

elaborar uma “agenda de comunicação”, indispensável na organização do processo de encaminhamento de sugestões de pauta (temas a serem abordados na mídia) de forma contínua. Desta forma, consegue-se estimular a presença de um assunto – assim como a qualidade de sua discussão – nos veículos de mídia.

Nesse sentido, buscou-se também esclarecer junto aos participantes das capacitações em comunicação sobre a importância de que a imprensa seja constantemente “alimentada” com informações sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil. Para isso, eles foram orientados sobre a necessidade de estarem atentos às experiências bem sucedidas de organizações que atuam na área – e que têm potencial para serem reproduzidas –, assim como assuntos ou eventos com capacidade para gerar mobilização (*veja mais sobre o tema Agenda de Comunicação na página 76*)

Outro importante aspecto a ser lembrado nesse processo de comunicação integrada são as ações de defesa e promoção da proteção integral – no caso, visando encontrar formas de atuar como “porta voz” pela eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil. Na abordagem conceitual trabalhada durante as oficinas de capacitação em comunicação, os participantes tiveram oportunidade de refletir sobre a realização de ações em conjunto, que repercutam na sociedade ci-

vil e no poder público com o intuito de provocar mudanças e estimular a atuação concreta para solução do problema.

Finalmente, foi focalizada uma outra importante ação de comunicação: o desenvolvimento de uma campanha de sensibilização a respeito do tema. Campanhas são estratégias de publicidade que, geralmente, envolvem a produção de “peças publicitárias” (*spots* de rádio, peças para tevê e anúncios em jornais e revistas). Tal iniciativa deve ser elaborada em associação com agências de publicidade, e recomenda-se a discussão do conteúdo com parceiros estratégicos, para análise do texto, áudio e das imagens e, inclusive, para a definição dos créditos (ou logomarcas) que devem aparecer. Além disso, deve-se levar em consideração que a veiculação de campanhas pode se dar de duas formas: por meio do pagamento aos veículos de comunicação ou por meio de parceria com os mesmos para a veiculação gratuita, como ação de responsabilidade social da empresa jornalística. Em síntese, este tipo de estratégia demanda grande articulação na sua elaboração e na sua veiculação. Em compensação, em geral, propicia boa visibilidade para o projeto e para o tema.

Confira nos dois quadros a seguir os principais aspectos focalizados durante a Oficina de Capacitação de Fontes.

Relacionamento com a mídia

Comunicar de forma eficaz significa também desenvolver internamente, nas instituições envolvidas com o combate às Piores Formas de Trabalho Infantil, uma série de procedimentos, entre os quais se destacam o alinhamento de um discurso comum e o uso de dados fidedignos, capazes de embasar a argumentação. Além disso, faz-se central estabelecer uma linguagem institucional para atingir objetivos concretos que, neste caso específico, são a prevenção e a eliminação do trabalho infantil em suas piores formas e a garantia de direitos trabalhistas aos adolescentes em idade permitida por lei.

Com essas finalidades, as organizações foram treinadas, por meio das oficinas e de um trabalho de assessoramento posterior, para apresentar à população, por intermédio dos meios de comunicação, os desdobramentos do problema. Entre eles:

- O perfil das crianças e adolescentes trabalhadores.
- A questão da aceitação cultural do trabalho infantil.
- A questão da evasão e da repetência escolar e do insucesso educacional.

- A confusão de papéis do empregador (sobretudo no caso do trabalho doméstico e na agricultura familiar, em que patrões às vezes assumem postura de “padrinhos”, benfeitores ou pais-patrões, o que gera uma relação de trabalho ambígua).
- A ausência de carteira assinada, nos casos previstos na legislação.
- Os salários abaixo do mínimo estabelecido por lei.
- Os acidentes de trabalho.
- Os problemas de saúde decorrentes do trabalho (por exemplo: contato com produtos tóxicos na agricultura e no trabalho doméstico).
- O problema do abuso sexual.
- O rompimento do vínculo familiar.
- A inserção da criança na criminalidade (particularmente no caso do tráfico de drogas), entre outros.

Recomendações para fontes: critérios ao divulgar informações

Toda informação passada à imprensa é informação que se torna pública e, portanto, pode contribuir para alterar a realidade. Por essa razão, é preciso ter critério ao se divulgar informações para a mídia.

- Quando um grupo de instituições trabalha por um mesmo tema, é aconselhável que se reúna para definir conceitos e para determinar qual o dado ou a pesquisa a ser trabalhada. Todo dado divulgado deve vir acompanhado da fonte de pesquisa (instituição responsável pela apuração), o ano da realização do estudo e o recorte etário a que se refere, além do tipo da pesquisa ou estudo – se é de corte quantitativo, amostral, qualitativo, etc.
- Recomenda-se também que os dados estatísticos sejam analisados em conjunto, antes de divulgá-los à mídia. Dessa forma, possíveis dúvidas são esclarecidas previamente. Um exercício interessante a ser realizado por essas instituições é “posicionar-se no lugar do repórter” e trazer ao grupo as perguntas que potencialmente serão formuladas no caso de uma entrevista. Questões relativas à legislação vigente e aos encaminhamentos, assim como as soluções alter-

nativas para o problema, também devem ser discutidas. Tais procedimentos contribuem para a coesão do grupo e para um espaço de diálogo, evitando possíveis mal-entendidos na disseminação dos dados.

- Ao divulgar as informações, as fontes devem esclarecer os conceitos técnicos sobre o tema do trabalho infantil. É preciso ter clareza ao informar o repórter – o qual, em geral, não tem conhecimento acumulado sobre a temática. Disponibilizar um telefone de contato, caso o jornalista tenha dúvidas no momento da redação ou da edição, também é recomendável.
- Caso haja algum aspecto equivocado divulgado em reportagem, recomenda-se que a fonte entre em contato com o jornalista para saber o que ocorreu. Na maior parte das vezes, o profissional que faz a entrevista não é o mesmo responsável pelo processo de edição. Essa prática muitas vezes propicia o aparecimento de erros ou imprecisões. Após averiguar o que causou o problema, é possível solicitar retratação por parte do veículo, dependendo da gravidade do erro.

(Veja mais orientações no Anexo “Dicas para organizações de governo, de empregadores, de trabalhadores e da sociedade civil na relação com a imprensa”, na página 111).

Conceitos jornalísticos

Com o sentido de constituir um bom relacionamento com a mídia, especialistas ou executores dos projetos com foco em trabalho infantil tiveram – durante o processo de capacitação – a oportunidade de conhecer alguns dos aspectos que dão a uma informação a característica de notícia. Na ocasião, foram delineados ainda os procedimentos mais adequados para a atuação junto aos profissionais da imprensa.

A seguir, estão listados alguns dos conceitos jornalísticos trabalhados durante a Oficina de Capacitação de Fontes de Informação.

Fonte de informação

É qualquer pessoa ouvida por um repórter durante a apuração de um fato jornalístico. De acordo com os manuais de jornalismo, as fontes são consideradas “oficiais” quando estão relacionadas aos organismos governamentais ou ao poder público. Mas também são consideradas fontes qualificadas os especialistas e atores sociais engajados em ações de enfrentamento das Piores Formas de Trabalho Infantil, além de pesquisadores do tema e de áreas correlatas. A lei assegura ao jornalista o direito de

manter sigilo em relação às fontes ou à origem das informações. Ao jornalista, se recomenda a diversidade de fontes e ouvir e publicar sempre “o outro lado”, para fornecer subsídios ao leitor na formação de sua opinião.

Pauta

É como os profissionais de comunicação denominam a sugestão de um tema para ser abordado em reportagem jornalística. A pauta relacionada às Piores Formas de Trabalho Infantil, como a todas as demais, deve apresentar as informações mais importantes e indicar contatos das fontes ligadas ao assunto. Ela deve ser enviada, se possível, por meio de um *release* – texto curto que sintetiza o assunto.

Para uma boa pauta é necessário:

- Lançar idéias para abordagens inovadoras.
- Apresentar dados inéditos e/ou relevantes.
- Mostrar o que há de atual (novidade) e/ou inusitado no tema.
- Destacar a importância social do assunto.
- Identificar o momento apropriado para divulgar a informação.

Tudo isso com os seguintes objetivos:

- Estimular a produção de reportagens de qualidade que contribuam com o enfrentamento das Piores Formas de Trabalho Infantil, ajudando para que o tema se consolide como prioridade na agenda pública.
- Incentivar a divulgação de denúncias sobre esse tipo de violação dos direitos da criança e do adolescente.
- Fazer com que sejam noticiadas ações que buscam soluções para problemas sociais relacionados a essa faixa etária.

Vale destacar que uma boa pauta costuma apresentar denúncias e/ou propostas de soluções que, depois de veiculadas, são capazes de causar impacto, estimulando reações dos diversos setores da sociedade dedicados à promoção e à defesa dos direitos da infância e da adolescência.

É importante saber que alguns assuntos costumam ter pouca ou nenhuma cobertura da mídia, geralmente porque não são considerados atrativos do ponto de vista jornalístico – fogem do contexto do momento – ou não apresentam novas propostas de enfoque. Entretanto, em praticamente todos os casos, esses “temas ocultos”, se bem pautados, podem con-

tribuir para provocar mudanças no comportamento da imprensa em favor dos direitos das crianças e dos adolescentes. Portanto, dar visibilidade a esse tipo de informação é um desafio que merece atenção diferenciada. Frente a esses aspectos, uma pauta pode ter distintos perfis:

Pauta urgente

Além da observação dos horários que compõem as rotinas das redações (*veja item na página 53*), é preciso ficar atento à necessidade de encaminhar imediatamente para a mídia informações de alta relevância e urgência. Caso o assunto tenha essas características, o contato com os jornalistas pode e deve ser feito por telefone, para agilizar o processo.

Pauta exclusiva

É quando se identifica previamente o tipo de veículo e o jornalista aos quais o assunto pode interessar. Nesses casos, deve-se manter um contato telefônico inicial com o repórter e, em seguida, estabelecer encontros para que sejam repassados todos os detalhes, com o intuito de garantir um melhor aproveitamento da informação. A idéia da “pauta exclusiva” é que a publicação da informação cause grande impacto entre a população e possa gerar repercussões em toda a mídia, além de provocar o posicionamento das autoridades públicas em relação ao problema em foco.

Faz parte da estratégia enviar pautas como essas a jornalistas de destaque, que detêm credibilidade na sociedade e influência no âmbito dos grandes veículos de comunicação. Entretanto, deve-se avaliar com cuidado se a exclusividade é a melhor forma de divulgação de uma determinada pauta de impacto. Dependendo do assunto, faz mais sentido disponibilizá-la para vários ou todos os veículos de comunicação.

Personagem

Para buscar a dimensão humana de um determinado tema, é comum que jornalistas complementem as informações das fontes de informação com um registro de um depoimento de uma pessoa que vive determinada situação-alvo da reportagem. Essa pessoa ouvida é a chamada “personagem” da matéria jornalística.

Depoimentos são de grande importância, em geral têm um forte apelo e muitas vezes são elementos que sensibilizam o público. No caso de instituições que trabalham com crianças, é comum que jornalistas busquem ouvi-las. Nesse sentido, recomenda-se que elas tenham informação clara a respeito do processo da comunicação, além de conhecimento sobre os possíveis impactos de se ter uma declaração veicula-

da na imprensa. Isso contribui para que o depoimento venha a favorecer o processo de fortalecimento de seus direitos.

Os pais ou responsáveis pela criança devem conceder autorização para que ela fale com jornalistas. Além disso, durante a entrevista é importante que a criança sempre esteja acompanhada por um responsável. Por outro lado, crianças em situação vulnerável devem ter sua identidade preservada (com alteração dos nomes verdadeiros) e, no caso de necessidade de se registrar imagens para televisão, jornal, revista ou internet, sugere-se que a criança seja retratada em contra-luz, para evitar sua identificação.

Horários

Os *releases* (textos com as sugestões de pauta) e os contatos telefônicos devem chegar ao jornalista de forma que ele tenha tempo suficiente para apurar os fatos.

Para isso, é necessário sempre observar os horários de funcionamento das editorias (que são as divisões internas da maioria dos veículos – Cidades, Esportes, Política, etc.). De um modo geral, os primeiros “fechamentos” (a finalização da edição do dia) dos jornais impressos diários começam por volta das 17 horas. Portanto, é recomendável que as informações sejam enviadas no período matutino ou,

no máximo, até as 14h30, quando os últimos repórteres estão deixando as redações ou iniciando as apurações por telefone. Os horários de fechamento em rádio e tevê têm maior variação, de acordo com a programação do veículo. Por isso, é necessário conhecer o funcionamento das redações em cada localidade.

É importante arquivar todas as sugestões de pauta enviadas aos jornalistas, de forma a, futuramente, identificar se foram aproveitadas nas matérias publicadas sobre o tema e, também, se a abordagem foi a adequada.

Mailing

Uma lista de endereços estruturada em um banco de dados é a ponte de ligação entre as organizações e os jornalistas. Aproveite o contato com os profissionais da imprensa para obter nome, e-mail, fax, telefone, área de atuação. Relacione esses dados e mais aqueles sobre pontos de interesse específico do profissional. É importante registrar as informações de forma completa e que permita fácil acesso.

Atendimento

É imprescindível o pronto atendimento aos jornalistas. O contato permanente ajuda a mobilizá-los e

colabora para a formulação de um “texto jornalístico” eficiente – seja numa reportagem de jornal, revista, rádio, tevê ou qualquer outro meio.

Caso a informação ou a fonte que o jornalista deseja não esteja disponível, não há razões para constrangimento. Se houver tempo, peça um prazo, busque o que foi solicitado e, posteriormente, retorne com as indicações.

Mas caso a fonte não esteja apta a prestar as informações, é recomendável indicar especialistas mais habilitados no tema – os quais, por sua vez, podem contribuir indicando o caminho para o enfoque desejado. A fonte deve sempre procurar identificar com clareza os objetivos do jornalista:

- Dialogue e, se houver necessidade – e ele abrir espaço para tanto – proponha a construção conjunta de um novo encaminhamento para a reportagem.
- Indique outros especialistas e instituições ligadas ao tema.
- Forneça dados que podem enriquecer a cobertura.
- É possível também auxiliar na identificação de “personagens” – pessoas que representem a situação em foco – para serem entrevistados.

- Pode ser interessante, além do mais, aproveitar o momento do atendimento para falar de outros temas estratégicos, sem, contudo, atrapalhar a pauta em andamento.

Para facilitar o contato com os profissionais da imprensa, mantenha atualizada uma pequena biblioteca com publicações sobre o tema. Os melhores volumes são aqueles que trazem história, números e informações precisas a respeito de determinadas questões. A coleção deve estar bem organizada para agilizar o atendimento.

Finalmente, lembre-se que os veículos de comunicação são de propriedade privada. Ou seja, mesmo tendo papel social, são empresas – funcionam em um mercado de muita concorrência e necessitam obter lucro. Portanto, pautas que “vendem” (aquelas que obtêm maior repercussão junto ao público) serão sempre prioritárias pelo repórter ou editor. De qualquer forma, é possível conseguir espaço nesses veículos para tratar de temas muitas vezes vistos como menos “quentes”. Para auxiliar nessa tarefa, envolva toda sua equipe no processo: peça opiniões e idéias aos colegas da organização e profissionais da mídia, de forma a identificar informações que podem se transformar em uma notícia “vendável” e, ao mesmo tempo, de impacto social.

Material entregue às fontes de informação

Em cada um dos eventos voltados para as fontes de informação, foi entregue aos participantes um “kit” contendo publicações – como a íntegra das Convenções 138 e 182 da OIT, panfletos relativos ao tema e uma folha com as informações registradas abaixo. Trata-se de dicas para facilitar o contato com os jornalistas, elaboradas a partir do livro *SOS Comunicação: Estratégias para Divulgação do Terceiro Setor*, de Rosina Duarte, uma das iniciativas vencedoras do 1º Concurso Rede ANDI para Projetos em Comunicação pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

Para um bom diálogo com a mídia é necessário compreender:

- *Mídia – Media* (em inglês, significa meio) é o sistema de comunicação de massa da indústria de bens culturais, de informação e entretenimento. Existe a mídia impressa (jornais e revistas) e a eletrônica (tevê, rádio e internet).
- *Notícias são fatos* – Notícias que tragam novidades, abordagens originais, sejam escritas (transmitidas) com clareza e com responsabilidade são a essência do “jornal”. As notícias exclusivas tratam de assuntos inéditos divulgados a um só meio, capazes de despertar interesse no jornalista/veículo/leitor.

- *Sugestão de pauta (release)* – Indicação sobre um fato que vai acontecer. É preciso apresentar um fato novo no *release*.
- *Mailing* – Lista com os contatos dos meios de comunicação disponíveis na comunidade (rádios, emissoras de tevê, jornais tradicionais, rádios e jornais comunitários, boletins de associações ou paróquias, sites, redes do terceiro setor)
- *Quem concede entrevistas deve “traduzir” os termos utilizados* – Por exemplo: Piores Formas de Trabalho Infantil, TID (Trabalho Infantil Doméstico), Conaeti (Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil), FNPETI (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil), além de esclarecer, entre outras questões, como é grafado o nome da entidade, para garantir que seja “publicado” corretamente.
- No caso da tevê, a imagem é fundamental.
- O repórter pode se tornar um “aliado”.
- A pressa do repórter, via de regra, é gerada pelo tempo escasso e não por desinteresse.
- É importante observar as características de cada veículo: não adianta enviar um texto grande para uma coluna de notas, falar muito diante de câme-

ras ou gravadores ou sugerir uma pauta sobre um evento do dia seguinte para uma revista semanal.

- A informação qualificada exige seriedade, responsabilidade, ângulos diversos de um mesmo tema, checagem, números confiáveis, contexto, continuidade, notícias cotidianas e histórias humanas.
- No caso da comunicação das instituições, existe uma seleção estratégica dos fatos que devem ser divulgados.
- Como conceder entrevistas:
 1. É preciso estar preparado, com todas as informações necessárias (sempre atualizadas e corretas) ao alcance da mão.
 2. O entrevistado deve ter paciência – jornalistas não são especialistas.
 3. Não existe pergunta boba – às vezes, um questionamento aparentemente banal pode gerar uma resposta inteligente e esclarecedora.
 4. É importante dar retorno (*feedback*) ao jornalista: se a matéria contiver imprecisões, para corrigi-la – e se a matéria estiver correta, para elogiá-la.

(Veja mais orientações no Anexo “Dicas para organizações de governo, de empregadores, de trabalhadores e da sociedade civil na relação com a imprensa”, na página 111).

Modelo de programação para Oficina de Capacitação



Programação

1º Dia (Data)

9h00 – Boas-vindas - Apresentação dos(as) participantes

9h15 – Exposição de abertura

- *Plano de Ação em Comunicação: modelo dos desafios e abrangência*
- *O papel da comunicação nas causas sociais*
- *Apresentação do Projeto local*

10h00 – Perguntas

10h30 – Mesa Redonda

- **Tema 1:** *O que são e como é a comunicação sobre piores formas de trabalho infantil no estado*
- **Tema 2:** *Como é a cobertura da mídia no estado: experiências, exemplos de vivência, dificuldades*

11h30 – Discussão

12h30 – Almoço

14h00 – Mesa Redonda

- *O cotidiano do jornalista: a lógica e o funcionamento de uma empresa jornalística. Quebrando mitos e estabelecendo uma relação de parceria*

16h00 – Lanche

16h30 – Discussão em grupos

- **Tema 1:** *Análise da notícia: Como o tema vem aparecendo na mídia? Qual o enfoque? Quais as recomendações?*
- **Tema 2:** *O conceito de Piores Formas de Trabalho Infantil. Como comunicar?*

2º Dia (Data)

9h00 – Apresentação das conclusões dos grupos de discussão

10h30 – A importância da comunicação

- *A comunicação da instituição e a criação de canais diretos e indiretos de comunicação com a mídia e com parcerias estratégicas pela causa social*
- *Relembrando: notícia; notícia exclusiva; release; dinâmica dos diferentes meios*

12h30 – Almoço

14h30 – Agenda de comunicação sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil

- *Experiências das instituições participantes; experiências que podem ser reproduzidas*

16h00 – Ações de advocacy e mobilização

- *Eventos e parcerias que integram a estratégia de comunicação. Propostas para comunicar o tema*

17h00 – Lanche / Encerramento

ENCONTROS DE COMUNICAÇÃO

No início das atividades do Programa de Duração Determinada para Contribuir com a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil da OIT/IPEC, foi estabelecido que as organizações de cada estado nos quais seriam realizados programas de atendimento direto escolheriam uma outra unidade da federação para transmitir a metodologia desenvolvida, auxiliar na elaboração de novos programas e estimular a reprodução das boas práticas acumuladas. Assim, foram formadas seis duplas: Maranhão e Piauí; Paraíba e Alagoas; São Paulo e Paraná; Rio de Janeiro e Distrito Federal; e Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Em cada uma dessas localidades “adotadas” foram realizados dois encontros de capacitação – um dirigido às fontes de informação (*Encontro com especialistas: estratégias de comunicação para o tema Piores Formas de Trabalho Infantil*) e outro para os profissionais de comunicação (*Encontro com jornalistas: pautas sobre o tema Piores Formas de Trabalho Infantil*).

A idéia era que as reuniões com fontes e jornalistas fossem realizadas separadamente. Durante uma manhã, a equipe da ANDI dialogou com especialistas no tema trabalho infantil, de forma a elaborar um diag-

nóstico da realidade local. No mesmo dia, na parte da tarde, o encontro foi feito com os jornalistas, buscando sensibilizá-los para a cobertura dos desdobramentos do projeto que se iniciaria naquela região, além de trabalhar na identificação de aspectos frágeis que poderiam dificultar o tratamento jornalístico do tema.

Encontro com especialistas

A reunião com os atores sociais teve como objetivo organizar um mapa das Piores Formas de Trabalho Infantil em cada estado, de forma a contribuir com a construção de um novo olhar da mídia local sobre a questão.

Ao mesmo tempo, pretendia-se incentivar os atores sociais a assumirem sua responsabilidade enquanto fontes de informação. Nesse sentido, eles foram capacitados a estabelecer um diálogo sistemático com os jornalistas, de forma a atender com segurança e qualidade as demandas da imprensa. Tudo isso visando aprimorar a cobertura e dar visibilidade ao tema, incidindo-se assim na formulação e implementação de políticas públicas que promovam a eliminação dessas formas de violação dos direitos de crianças e adolescentes.

No evento, foi apresentada, inicialmente, a estrutura do *Programa de Ação de Comunicação para a Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil* – ANDI / OIT (IPEC). A seguir, cada especialista era convidado a apresentar sua

visão da situação local da exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes, focada nas Piores Formas de Trabalho Infantil – principalmente sua utilização na exploração sexual comercial, no narcoplantio e tráfico de drogas, no trabalho infantil doméstico, na agricultura familiar e na economia informal urbana.

Durante a atividade, eram discutidas ainda estratégias para facilitar o contato entre as fontes de informação e os jornalistas, além de elucidar-se os conceitos jornalísticos mencionados à página 48.

O encontro era integrado por representantes do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, que congregam a sociedade civil e o tripartismo da OIT (ou seja, a estrutura formada por representantes de governo, de trabalhadores e de empregadores). Além do Fórum, participaram representantes do Ministério Público do Trabalho, da Delegacia Regional do Trabalho, da Secretaria de Assistência Social do estado e/ou do município e de ONGs locais que trabalham com o tema.

Encontro com jornalistas

A reunião com jornalistas tinha como objetivo facilitar o diálogo entre profissionais de comunicação e fontes de informação e, conseqüentemente, contribuir para manter em pauta o debate sobre as Piores

Formas de Trabalho Infantil. O resultado obtido durante o encontro com especialistas do estado também serviu de subsídio para as discussões de pautas com os jornalistas dos veículos locais.

Na oficina com os profissionais da imprensa, foi realizada uma breve apresentação das metodologias desenvolvidas pela ANDI com o fim de fortalecer um tratamento editorial capaz de contribuir com a promoção dos direitos da infância e adolescência. Depois, abriu-se espaço para que os profissionais de comunicação apresentassem experiências sobre a cobertura das Piores Formas em sua localidade.

Ao final, foram propostas e discutidas pautas relativas à exploração da mão-de-obra infanto-juvenil que ainda permanecem ocultas – a partir dos diagnósticos elaborados pelas fontes de informação e da vivência dos jornalistas.

Os comunicadores que participaram do encontro foram convidados de acordo com o setor e perfil profissional (foi dada preferência àqueles que acompanham temas de relevância social e veiculam reportagens sobre eles). Entre os presentes estavam vários Jornalistas Amigos da Criança (*veja detalhes da titulação na página 15*). Além disso, buscou-se garantir a participação de profissionais dos diversos meios de comunicação (veículos impressos, rádio e tevê), para diversificar os pontos de vista e enriquecer o debate.

Modelo de programação de Encontro com Especialistas



**Encontro com especialistas:
Estratégias de comunicação
para o tema Piores Formas
de Trabalho Infantil**

Cidade, data:

Local: (inclui nome do local,
endereço e telefone)

Realização:

Apoio:

O objetivo do encontro é identificar junto aos especialistas **diagnósticos** que possam construir um novo olhar da mídia local na cobertura das Piores Formas de Trabalho Infantil. Ao mesmo tempo, pretende-se capacitar (estimular) as fontes de informação sobre como estabelecer um diálogo sistemático com a mídia para atender às demandas da imprensa, visando qualificar as reportagens e dar visibilidade ao tema para a geração de políticas públicas que promovam a eliminação dessas formas de violação dos direitos de crianças e adolescentes. Com base nos diagnósticos dos especialistas, haverá um encontro com jornalistas com a intenção de contribuir para a elaboração de pautas sobre o assunto.

O evento integra o Programa de Ação em Comunicação para a Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil, no marco do Programa de Duração Determinada para Contribuir com a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da Organização Internacional do Trabalho. O Programa de Ação, realizado pela ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância tem o objetivo de auxiliar, com apoio da mídia, na conscientização para a prevenção e eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil no Brasil, especialmente a utilização de mão-de-obra infantil na *exploração sexual comercial*, no *narco-plantio e tráfico de drogas*, no *trabalho infantil doméstico*, na *agricultura familiar* e na *economia informal urbana*.

Programação

- 8h30** – Apresentação dos participantes
- 8h45** – Apresentação breve do Programa de Ação em Comunicação para a Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil – ANDI
- 9h00** – Apresentação de diagnósticos locais (15 minutos para cada convidado)
- 10h30** – Lanche
- 11h00** – Debate
- 11h30** – Piores Formas de Trabalho Infantil: Como comunicar?
- 12h30** – Encerramento

Modelo de programação de Encontro com Jornalistas



Encontro com jornalistas:
Pautas sobre o tema Piores
Formas de Trabalho Infantil

Cidade, data:

Local: (inclui nome do local,
 endereço e telefone)

Realização:

Apoio:

O objetivo do encontro com jornalistas é contribuir para a elaboração de pautas sobre Piores Formas de Trabalho Infantil, possibilitando a construção de um novo olhar da sociedade sobre este tipo de exploração. Ao mesmo tempo, pretende-se incentivar os profissionais de imprensa a estabelecer um diálogo sistemático com as fontes de informação, de forma a qualificar suas reportagens e dar maior visibilidade ao tema – sempre visando a geração de políticas públicas que promovam a eliminação dessas formas de violação dos direitos de crianças e adolescentes. O evento terá como base diagnósticos dos especialistas locais, que se reunirão previamente.

O encontro integra o Programa de Ação em Comunicação para a Erradicação das Piores Formas de Trabalho

Infantil, no marco do Programa de Duração Determinada para Contribuir com a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da Organização Internacional do Trabalho.

O Programa de Ação, realizado pela ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância tem o objetivo de auxiliar, com apoio da mídia, na conscientização para a prevenção e eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil no Brasil, especialmente a utilização de mão-de-obra infantil na *exploração sexual comercial*, no *narco-plantio* e *tráfico de drogas*, no *trabalho infantil doméstico*, na *agricultura familiar* e na *economia informal urbana*.

Programação

14h30 – Apresentação dos participantes

14h45 – ANDI – uma Agência de Notícias que atua para garantir o respeito aos direitos da infância e adolescência

15h00 – Como é a cobertura sobre piores formas de trabalho infantil no estado: experiências, exemplos de trabalhos realizados, mapeamento dificuldades (10 minutos para cada convidado)

16h30 – Lanche

17h00 – Piores Formas de Trabalho Infantil: discussão de pautas

18h00 – Encerramento

PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO SENSIBILIZADOS E CAPACITADOS

Para estimular uma boa cobertura do tema Piores Formas de Trabalho Infantil era preciso, além de envolver diretamente um bom número de jornalistas nos eventos de qualificação, investir na sensibilização de uma gama bem maior destes profissionais, capacitando-os nas especificidades do tema. Nesse sentido, as análises de mídia desenvolvidas pela ANDI foram um instrumento fundamental de acompanhamento de como as redações enfocavam o assunto. Ao mesmo tempo, permitiram que a instituição pudesse estabelecer um diálogo mais próximo e eficiente com as redações.

Os boletins de análises de mídia eram enviados aos próprios jornalistas, para que pudessem tomar conhecimento dos elementos qualificadores da informação. A proposta era estimular que a cobertura sobre o tema trabalho infantil abrangesse seus mais diversos aspectos: a aceitação cultural do trabalho precoce, a relação com o mercado, a situação socioeconômica das famílias, as causas, conseqüências e possíveis soluções para os problemas, etc (*veja mais sobre a Análise de Mídia e seus resultados à página 79*).

Além de oferecer as radiografias da cobertura contidas na análise de mídia, a ANDI disponibilizou canais para o atendimento diário aos profissionais da imprensa, contribuindo para que o tema estivesse sempre em voga e para promover a qualidade das reportagens. Vale destacar que o processo de atendimento deve se adequar à necessidade do jornalista. Em alguns casos, ele buscará informações sobre a realidade em seu estado ou cidade, em outros perguntará sobre uma forma específica de trabalho infantil. Muitas vezes, uma conversa por telefone que ofereça indicações consistentes de outras fontes de informação pode ser suficiente para incentivar o aprofundamento do processo de apuração pelo repórter.

De qualquer forma, trata-se de um trabalho que requer tempo, paciência e dedicação, uma vez que jornalistas não são especialistas no tema, mas têm interesse em realizar uma boa reportagem. A simples demonstração da disposição em focar a questão pode ser uma excelente oportunidade de se mudar a realidade. Para isso, é importante revelar a complexidade do problema com transparência e, se possível, criar uma relação de colaboração e de responsabilidade ao expor o tema ao profissional de comunicação.

Durante toda a execução do *Programa de Comunicação* pela ANDI houve uma excelente relação de parceria com jornalistas, que foram sensibilizados,

mobilizados e capacitados para ter uma visão crítica do problema, de forma a tratá-lo com mais propriedade. Repórteres e editores surpreenderam-se com as possibilidades de novas abordagens sobre o tema e se mostraram bastante abertos a entender o problema e expô-lo com clareza para o público, assim que tiveram acesso à informação qualificada. O resultado foi uma cobertura jornalística mais adequada sobre a questão das Piores Formas, contribuindo também para buscar soluções para a eliminação do problema.

Nesse sentido, os profissionais da mídia passam a colaborar, igualmente, para a tomada de decisões políticas, pelos setores público e privado, visando à reversão do quadro de exploração de mão-de-obra infantil apresentado pelo Brasil.

Diálogo constante

- Uma boa prática, no relacionamento com a imprensa, está relacionada à disponibilidade no atendimento aos jornalistas – ou seja, é relevante no relacionamento com esses profissionais mostrar-se disponível para atendê-los, oferecendo-lhes o tempo necessário e a maior variedade possível de informações, porém sem ser prolixo. Quanto maior a abertura ao diálogo por parte da fonte de informação, maior a chance de sensibi-

lizar o profissional para aquele tema específico e para a realização de uma boa reportagem.

- Muitas vezes, o jornalista precisa voltar a conversar, em vários momentos diferentes, para obter uma ampla gama de informações para sua reportagem – prática comum no processo de produção jornalística. Pode ocorrer também de uma boa pauta ser encaminhada ao jornalista que é sensível à causa, mas por falta de disponibilidade de tempo em sua rotina de trabalho, ela não seja executada. Com o diálogo franco, o jornalista sinalizará sua situação e cabe à organização sugerir ou encaminhar a pauta a outro profissional que possa cobrir o tema.
- Outro aspecto que contribui para a sensibilização de jornalistas é a apresentação do problema de forma transparente. Com relação às Piores Formas de Trabalho Infantil, é fundamental demonstrar quais os maiores desafios para superá-las e quais as dificuldades com relação à efetiva garantia do direito da criança e do adolescente. As leis devem sempre ser mencionadas: Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição Federal, Convenções da OIT – sobretudo a Convenção 138 (sobre idade mínima para admissão ao emprego) e a Convenção 182 (sobre proibição das Piores

Formas de Trabalho Infantil e ação imediata para a sua eliminação) –, Convenção sobre os Direitos da Criança, CLT e outras leis. Temas como exploração sexual comercial de crianças demandam, por exemplo, outras leis específicas. O respaldo legal é fundamental para que o jornalista tenha mais informações de base para a sua reportagem. Ao mesmo tempo, ele tende a se sensibilizar ainda mais ao constatar que, mesmo com um marco legal considerável, alguns direitos das crianças ainda não são garantidos.

- Nesse sentido, deve-se informar também sobre o que acontece com relação ao não cumprimento das leis, destacando quais instâncias recebem denúncias e as encaminham para redes de proteção.
- Sempre merece reforço, quando o foco é o tema Piores Formas de Trabalho Infantil, a idéia de que o jornalista tem um papel fundamental para a conscientização da sociedade brasileira quanto ao fato de que a exploração de crianças e adolescentes no trabalho é uma situação inaceitável. Explicar que, não raro, essas atividades expõem a criança ao risco de vida estimula também a imprensa a assumir sua responsabilidade social, fortalecendo um movimento junto ao poder público na busca de soluções duradouras e eficazes ao problema.

- Outra forma de sensibilizar os jornalistas é por meio da apresentação de impactos físicos e psíquicos do trabalho precoce para a criança, deixando claro o quanto ele impede o pleno desenvolvimento. A indicação de que o jornalista ouça a opinião de médicos do trabalho é muito interessante. Forneça o telefone de fontes diversas, para que ele possa elaborar uma reportagem completa.
- Um outro aspecto importante de sensibilização refere-se à utilização de certos termos e expressões (“menor”, por exemplo) que podem dar vazão a uma leitura pejorativa sobre a criança e o adolescente, pois reproduzem e endossam de forma subjetiva discriminações arraigadas e postura de exclusão social. Da mesma maneira, deve-se estar atento a aspectos relacionados a gênero, raça/etnia ou deficiência, entre outros. A explicação dos impactos dos usos de tais termos junto ao leitor e junto à fonte (que pode em alguns casos ser a própria criança) é fundamental na sensibilização do jornalista, para que ele não “re-vitimize” a criança ou o adolescente que já está em situação vulnerável. ▲

(Veja mais orientações às fontes de informação, na página 111).

Agenda de Comunicação

Como vimos, a elaboração de uma Agenda de Comunicação – ou de ações mobilizatórias – é importante para garantir a presença de um tema na mídia. Nesse sentido, seguem algumas orientações para garantir a efetividade desse instrumento:

- A agenda deve incluir várias estratégias e sua elaboração precisa ser articulada com diversos setores. Uma das formas de se compor a Agenda de Comunicação é por meio da reprodução de experiências bem-sucedidas em outros temas, que podem se transformar em “eventos” que chamem à atenção para a questão das Piores Formas de Trabalho Infantil ao longo do período de execução dos programas.
- Outra opção é criar ações a partir das datas de mobilização, locais e nacionais – como o Dia do Trabalhador Doméstico (27 de abril), Dia do Trabalho (1º de maio), Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio), Dia do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (13 de julho) e o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho). Ou ainda aproveitar grandes eventos onde o tema “Direitos da Criança” possa ser difundido.

- Também é possível identificar, entre as entidades parceiras, a programação de eventos organizados em cada uma delas e articular uma agenda de acordo com as atividades previstas. Exemplos: lançamentos de pesquisas e estudos, campanhas, atividades específicas com a mídia (como a elaboração e envio de artigos de opinião para publicação), atividades de mobilização (panfletagem, seminários), articulação com empresários, etc.
- Uma outra possibilidade é traçar uma lista de temas relevantes e, a cada mês, organizar atividades no contexto do assunto estabelecido – educação, direitos, saúde etc. (*veja a seguir modelo de tabela, a ser preenchida pelo conjunto de instituições mobilizadas no tema*). Por exemplo, se em determinado mês o tema é saúde, a discussão pode se dar em torno de questões como “Prejuízos à saúde das crianças trabalhadoras e os direitos dos adolescentes em idade apta ao trabalho”.
- Ao lançar um livro ou estudo, focar em dois ou três temas, pois informação em muita quantidade não é assimilada de imediato – seja porque existe pouco espaço, seja porque a opinião pública não consegue digerir-la. Nesse sentido, sugere-se utilizar os temas do estudo para pautar a mídia ao longo de um período que pode se iniciar antes do lançamento e perpetu-

ar-se por meses após o mesmo – sempre fornecendo um enfoque ou leitura diferenciados de um determinado aspecto, ou então priorizando um dado ainda não muito explorado do mesmo estudo. ▲

AGENDA DE COMUNICAÇÃO Piores Formas de Trabalho Infantil				
Tema/Período	Instituição Responsável	Atividades		
		Janeiro	Fevereiro	Março
Saúde				
Educação				
Direitos Humanos				
Inclusão				

Análise de mídia



Durante o *Programa de Ação de Comunicação para a Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil*, a ANDI regularmente veiculou edições da *Análise Mídia – Piores Formas de Trabalho Infantil*. A série de sete publicações, com periodicidade trimestral, construiu um retrato de como a mídia impressa brasileira tratou os temas relacionados à exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes.

Os boletins de análise de mídia abordaram, principalmente, cinco formas de exploração da criança e do adolescente: exploração sexual comercial, narcotráfico, trabalho na agricultura familiar, trabalho infantil doméstico e trabalho informal urbano.

A primeira edição cobriu o período de 22 de julho a 5 de outubro de 2004 e a última, os meses de janeiro a março de 2006. O objetivo da análise foi dar às fontes de informação elementos para facilitar as intervenções e o diálogo com a mídia, e também de fornecer a jornalistas uma percepção clara de como o problema das Piores Formas de Trabalho Infantil estava sendo tratado pelas redações.

O elemento primordial para a elaboração da análise de mídia é o *clipping* diário de reportagens publicadas sobre o tema (*veja mais sobre o clipping no parágrafo a seguir*). Por meio da leitura desses textos, a partir de uma metodologia específica, é possível verificar a qualidade das informações que vêm sendo veiculadas:

se estão corretas, se consultam fontes diversas e adequadas para o tema, se ganham o espaço que sua relevância merece – enfim, aspectos que permitem avaliar o quanto reportagens podem contribuir para mudar a realidade.

Clipping

É possível monitorar o resultado do esforço de produção e distribuição das informações sobre Piores Formas de Trabalho Infantil por meio do *clipping* – processo de “captura” de matérias e reportagens sobre tema de interesse. O *clipping* pode ser elaborado tanto a partir dos meios impressos (jornais e revistas) quanto dos eletrônicos (rádio, tevê e internet).

No que se refere a nosso foco temático, o material jornalístico recolhido dará uma boa idéia do comportamento editorial da mídia sobre a exploração da mão-de-obra infanto-juvenil. Nesse sentido, o *clipping* pode ter um papel fundamental em ações das instituições que atuam no enfrentamento do problema, orientando, por exemplo, a confecção de uma Agenda de Comunicação. Isso porque a análise do material selecionado traz à luz elementos que ajudam a medir a repercussão da questão junto à sociedade e a apontar aspectos que precisam ser reforçados (os quais podem ser incluídos nesta Agenda de Comunicação).

Pode-se coletar ainda matérias relacionadas com a temática – mesmo que não tratem diretamente das Piores Formas de Trabalho Infantil, mas sejam ligadas aos direitos da infância e adolescência. Em uma avaliação

Como fazer um *clipping*

- O *clipping* deve ser diário. No caso do jornalismo impresso, o material publicado nas edições de final de semana pode ser recolhido na segunda-feira seguinte. Essa metodologia dará mais agilidade, por exemplo, quando se percebe equívocos nos conteúdos veiculados e a resposta precisa ser imediata. Da mesma forma, quando um artigo contém opiniões contrárias ao que diz a lei sobre o assunto ou vai contra a decisão do Estado Brasileiro de eliminar as Piores Formas de Trabalho Infantil e é necessária uma réplica urgente.
- No caso de jornais e revistas, é preciso estar atento a todo o conteúdo editorial: reportagens, entrevistas, artigos, editoriais, notas, publicidade, fotos-legenda e colunas regulares.

realizada pela instituição que trabalha com o assunto, o material pode ser útil para servir de contexto e documentação na elaboração de um projeto ou de uma estratégia.

- Atenção aos anúncios classificados: é possível localizar irregularidades como a procura por adolescentes, fora da idade permitida por lei, para trabalhar como domésticas ou anúncios de natureza sexual envolvendo adolescentes. Nesse caso, o veículo deve ser alertado para impedir a reincidência.
- Para um bom arquivamento e controle, é recomendável que cada matéria “clipada” seja recortada e colada em uma página, contendo os seguintes dados: nome da publicação; data; página; e seção (por exemplo: Cidades, Geral, Política, etc.).
- No caso da internet, é possível pesquisar, por meio de *sites* destinados a esse fim, utilizando palavras-chave relacionadas ao tema.
- Para as matérias de rádio e televisão, quando a gravação imediata não for possível, pode-se eventualmente solicitar às emissoras cópia do material.

Resultados

Além de examinar os conteúdos das matérias, as diversas edições da *Análise de Mídia* trouxeram recomendações para fontes de informação e jornalistas, além de resumos das principais notícias veiculadas no período. Os textos integram o conjunto de publicações *Análise Mídia – Piores Formas de Trabalho Infantil*, disponíveis na página eletrônica www.andi.org.br/publicacoes/analisesespeciais e são importantes subsídios para o trabalho das entidades ligadas à temática e seus vários parceiros. As notícias e dados apresentados contribuem de forma efetiva com as ações de comunicação para o enfrentamento da exploração que ainda atinge milhões de crianças e adolescentes brasileiros.

Números

Para compor as sete edições trimestrais da *Análise de Mídia*, foram identificadas na imprensa escrita (nos 80 principais jornais impressos do país) nada menos de 5.689 matérias referentes ao tema Trabalho Infantil, de um modo geral.

Desse total selecionado, uma parcela de 3.188 textos – mais de 56% – tiveram como foco uma das cinco Formas de Exploração do Trabalho Infantil, principais objetos da análise.

Evolução Geral da Cobertura(1)

	1º Tri (2)	2º Tri (3)	3º Tri	4º Tri	5º Tri	6º Tri	7º Tri	Total
Trabalho Infantil	768	912	663	925	793	853	775	5.689

(1) Além das cinco Formas de Exploração do Trabalho Infantil descritas na tabela acima, o universo geral analisado inclui as diversas atividades que exploram a mão-de-obra infanto-juvenil, as ações de combate ao problema, as políticas públicas de transferência de renda (como o PETI – Programa de Eliminação do Trabalho Infantil), etc.

(2) Compreende o período 22 de julho a 5 de outubro de 2004.

(3) Corresponde ao período 6 de outubro a 31 de dezembro de 2004. Os demais são períodos de 90 dias, a partir de 1º de janeiro de 2005.

Evolução da Cobertura – Ranking de Temas

Piores Formas	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	5º Tri	6º Tri	7º Tri	Total
Exploração Sexual	292	364	344	400	361	335	373	2.469
Narcotráfico	44	20	23	43	48	60	81	319
Informal Urbano	35	15	27	29	43	53	54	256
Infantil Doméstico	2	7	5	26	10	20	6	76
Agricultura	10	10	5	17	10	12	4	68
TOTAL	383	416	404	515	472	480	518	3.188

Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil

Além das sete edições trimestrais, um boletim especial da *Análise de Mídia – Piores Formas de Trabalho Infantil* foi lançado no mês de julho de 2006, contendo comentários a respeito da cobertura da mídia brasileira em torno do *Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil* (12 de junho).

A análise foi elaborada a partir de mais de 120 notícias, veiculadas ou publicadas no período de 1º a 17 de junho de 2006, por jornais de todo o país e revistas de alcance nacional, páginas da internet e emissoras de rádio e televisão.

Após uma avaliação do material, pôde-se concluir que, quatro anos depois de estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o *Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil* começou a ser incorporado, de forma consistente, à agenda brasileira – a mídia nacional adota a data como uma das principais oportunidades para focalizar o problema do trabalho infantil.

Percebeu-se, ao longo do período analisado, um visível aprofundamento na cobertura do tema. Alguns textos abriram espaço para romper com opiniões baseadas no senso comum, que acabam ajudando

a perpetuar situações de exploração da mão-de-obra infanto-juvenil. Expressões populares bastante conhecidas, como “É melhor a criança estar trabalhando que roubando” ou “O trabalho engrandece o homem”, escolhidas para foco dos debates das matérias, refletem uma aceitação cultural de trabalho precoce, algo que é bastante presente na sociedade brasileira.

Relevância do contexto

Outros aspectos mostraram avanços em relação a uma maior “contextualização” da informação, já que se espera encontrar nas reportagens a abordagem de diversas facetas do problema. Nesse ponto, é necessário salientar a contribuição das fontes de informação que atuam em instituições governamentais e não-governamentais, as quais colaboraram para disseminar junto à mídia enfoques mais diversificados e abrangentes.

Foi possível identificar, por exemplo, uma maior presença, nas reportagens, da voz de especialistas que integram os Fóruns Estaduais de Combate ao Trabalho Infantil, fato que tem estimulado a elevação da qualidade das matérias e auxiliado os jornalistas a aproximarem-se dos conhecimentos que envolvem a questão.

Outro aspecto recomendável é que o uso de estatísticas esteja sempre acompanhado da devida interpretação crítica. E foi o que aconteceu em diversas matérias sobre trabalho infantil veiculadas pela imprensa brasileira no mês de junho de 2006 – sinal de que as redações conseguiram ir além de uma perspectiva mais superficial, procurando debater os dados e conceitos, ouvindo especialistas e outros “personagens”.

Além disso, de um modo geral a mídia informou os leitores, ouvintes, telespectadores e internautas sobre as atividades promovidas por diversas organizações com o objetivo de marcar o *Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil*.

Finalmente, vale mencionar que no material analisado observa-se a redução – apesar de ainda serem vistos, principalmente em títulos – dos casos de utilização de termos como “menor” e de expressões pejorativas.

Mídia e trabalho infantil: evolução irregular na cobertura jornalística

O trabalho realizado por crianças e adolescentes é hoje tema de impacto na mídia impressa brasileira. Embora a presença do assunto nas páginas dos jornais e revistas tenha uma evolução irregular, se considerado somente o aspecto quantitativo – conforme dados da pesquisa *Infância na Mídia*, publicação anual editada pela ANDI a partir de 1996 –, é importante reconhecer que as reportagens sobre exploração do trabalho infantil costumam obter significativo destaque nos veículos.

Observa-se que, além de manchetes nas primeiras páginas e da veiculação em seções nobres dos jornais, o uso de fotos que registram as atividades irregulares realizadas por meninos e meninas também vêm contribuindo para chamar à atenção e sensibilizar não só o público, mas os próprios profissionais da imprensa. Nos últimos anos – num movimento que transpôs limites claramente presentes em fase anterior da cobertura, que relegava crianças e adolescentes à seção policial – a imprensa vem pautando a questão do trabalho infantil nas páginas em que a discussão pode acontecer a partir da perspectiva dos direitos e das políticas públicas. Assim, é possível encontrar reportagens nas quais o tema aparece associado, por exemplo, à Edu-

cação, apontando que as políticas desta área constituem uma medida eficaz para evitar o problema. Essa mudança no tratamento editorial deu-se, sobretudo, a partir de ações governamentais e do trabalho de ONGs. Iniciativas como a criação da Bolsa Escola no Distrito Federal, em 1998, experiência inovadora que seria adotada pelo governo federal, e a realização, no mesmo ano, da Marcha Global contra o Trabalho Infantil, ajudaram a imprensa a aprofundar o debate sobre o assunto.

Em 1999, a pesquisa *Infância na Mídia* registrou que 43% do noticiário sobre a exploração do trabalho infantil apresentava experiências bem sucedidas de combate ao problema – e não somente denúncias, como era habitual até então. A imprensa tornava-se, então, uma espécie de “aliada” dos projetos que visam ao enfrentamento da questão. Na mesma época, iniciativas do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de organizações como a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança repercutiram satisfatoriamente nas páginas dos veículos de todo o país.

No ano 2000, a campanha Criança no Lixo, Nunca Mais, parceria do Unicef com entidades governamentais e não-governamentais, reforçava a presença do tema trabalho infantil na agenda dos jornais. Em 2001, foi a vez do lançamento do programa Bolsa Escola em todo o território nacional garantir visibilidade ao assunto.

Já a pesquisa realizada em jornais e revistas ao longo de 2002 mostrou que, apesar de o problema persistir, sua cobertura terminou enfraquecida em termos numéricos, caindo do 7º para o 12º lugar, entre os 21 temas monitorados naquele ano. De um total de 93.581 reportagens relativas à infância e adolescência, a questão representou cerca de 1,5% (1.416 matérias). Para se ter uma idéia, o tema Educação somou 24,5% do total.

Infância na Mídia

A pesquisa *Infância na Mídia* é resultado do acompanhamento diário, pela ANDI e agências que compõem a Rede ANDI Brasil, de cerca de 60 jornais e 10 revistas de circulação nacional. O monitoramento se inicia com a busca dos textos jornalísticos que contenham questões relativas à infância e adolescência. Em seguida, este material é classificado segundo uma metodologia específica: identifica-se o assunto central (Exploração do Trabalho ou Educação, por exemplo) e características gerais da notícia, como o tipo de texto (reportagem, artigo, entrevista) e a ótica de abordagem (denúncia ou remete às soluções), além de outros critérios de análise.

Trabalho infantil doméstico

Merece atenção, contudo, o fato de que a partir daquele período registrou-se também uma importante vitória: a introdução da discussão sobre o trabalho infantil doméstico na pauta da imprensa brasileira. O assunto até aquele momento era praticamente invisível aos olhos das redações – como de resto ocorria com a própria sociedade. Uma ação da Organização Internacional do Trabalho, em parceria com a ANDI e a Fundação Abrinq, com apoio do Unicef e Save the Children Reino Unido, foi responsável pela “descoberta” do tema pelos jornalistas.

Para se ter uma idéia, em 2001 foram registradas 15 matérias sobre a questão na mídia impressa. Em 2002, o número saltou para 246. E em 2003, quando foi realizado o *1º Encontro de Crianças e Adolescentes Trabalhadores Domésticos*, em Brasília, computou-se 320 textos sobre essa forma de exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes.

Do total de 1.639 reportagens publicadas sobre trabalho infantil em 2003, 22% trataram de várias formas de exploração do trabalho infanto-juvenil. Já 14% enfocavam especificamente o trabalho infantil doméstico em casa de terceiros, 7,4% tratavam dos meninos e meninas nos lixões, 4,8% daqueles que atuam como vendedores ambulantes nas ruas, 2%

abordavam a situação de crianças no trabalho agrícola e 0,9% tinham como tema crianças trabalhando no tráfico de drogas.

Devido a uma série de ações de sensibilização e mobilização de fontes de informação, jornalistas, sindicatos, poder público e sociedade em geral, o trabalho infantil doméstico – de difícil abordagem e fiscalização (e que, além disso, é aceito culturalmente, por ser caracterizado como uma tarefa natural da menina e da mulher) – deixou de ser um tema oculto. Cresceu o entendimento de que representa uma forma de exploração a ser diretamente enfrentada e que, por isso, precisa ser divulgada e debatida em conjunto na sociedade. A ANDI registrou também que a partir dessa mobilização, reportagens sobre trabalho infantil ganharam um viés de gênero, até então praticamente ausente.

Instrumento de transformação

A essas conquistas, soma-se a contribuição dos processos de comunicação nas tomadas de decisões públicas. Por meio do questionamento promovido pela imprensa, abre-se um leque de respostas que estimulam e difundem o posicionamento do poder público para o encaminhamento de alternativas ao problema do trabalho infantil no país. Nesse processo, a ANDI

promoveu e fortaleceu canais de interlocução entre imprensa, organizações que atuam no atendimento direto a crianças e adolescentes vitimizados, organismos internacionais e instâncias de representação – como o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e sindicatos de trabalhadores – de forma a estimular a participação ativa de todos os envolvidos.

O *1º Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Trabalhadores Domésticos* foi um dos momentos centrais de engajamento da mídia, que provocou e registrou o posicionamento do poder público (representantes do Legislativo, do Executivo, do Judiciário e do Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e a participação das crianças. Tais conteúdos estão hoje expressos no documento “Carta de Brasília”, entregue formalmente à coordenação da Frente Parlamentar da Infância e Adolescência. Assim, ao reportar e debater os fatos nos mais diversos âmbitos, a imprensa passa a contribuir de forma fundamental com as articulações, atuando como elemento catalizador no processo de transformação da realidade.

Além das atividades de sensibilização e conscientização dos jornalistas e de fontes de informação, outros processos de comunicação também serviram como instrumento de mudança, como ações de comunicação junto a igrejas (distribuição de folheto para auxiliar na reflexão sobre o tema) e a estudantes de

escolas públicas (produção de jornais escolares com foco na temática), bem como o apoio e incentivo a pesquisas acadêmicas (em níveis de graduação e pós-graduação). Tais iniciativas confirmam a importância da comunicação como via estratégica e efetiva para difundir e provocar debate na sociedade sobre um determinado tema socialmente relevante, como é o caso do trabalho infantil.

Vale assinalar ainda que no ano de 2003 foi publicado o livro *Crianças Invisíveis – O enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração* (Série Mídia e Mobilização Social – Vol. 6 – ANDI / OIT - IPEC / Unicef / Cortez Editora). Até o presente momento, esta obra segue como uma das principais referências sobre o assunto produzidas no país. Dirigido a profissionais da mídia, estudantes, professores de comunicação e atores sociais, a publicação é um guia para a consolidação de uma cobertura mais abrangente e qualificada sobre as temáticas associadas ao trabalho infantil doméstico.

Exploração Sexual Comercial

A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes é tratada, no âmbito da pesquisa *Infância na Mídia*, como um tema à parte da exploração do trabalho infantil, sendo analisada em conjunto com

o abuso e outras formas de violência sexual. Apesar de também não se situar entre as temáticas de maior presença no noticiário, recebe da mídia brasileira cobertura qualitativamente superior à dada a outros tipos de violação.

Uma análise especial, realizada pela ANDI, verificou a preocupação da imprensa em investigar a real dimensão do problema. Fontes diversificadas, indicadores, análise das causas e possíveis soluções, além de menção às políticas públicas, foram pontos positivos apontados. Já a imprecisão no manuseio das estatísticas, o grande número de matérias que contavam com a polícia como principal fonte de informação e a ausência de uma abordagem sobre o sistema legal de proteção aos direitos da infância e da adolescência, foram os principais problemas registrados.

Ao longo de 2000 e 2001, a ANDI e as agências que compõem a Rede ANDI Brasil promoveram encontros de repórteres e fontes de informação com o objetivo de que estreitasse o diálogo e recomendações fossem elaboradas para qualificar o noticiário sobre a questão. Os resultados da análise de mídia especial e as recomendações estão no livro *O Grito dos Inocentes – Os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes*, da série Mídia e Mobilização Social. O volume foi editado pela ANDI, em parceria com o Unicef, o Instituto WCF- Brasil e a Cortez Editora.

A interface da imprensa com o universo da violência sexual também vem sendo fortalecida por meio do *Concurso Tim Lopes*. Iniciativa da ANDI, em parceria com o Instituto WCF-Brasil, e apoio do Unicef, OIT, Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), a cada dois anos o concurso premia projetos de investigação jornalística sobre o abuso e a exploração sexual. A idéia é incentivar a abordagem correta e cuidadosa do tema, sempre buscando apontar saídas ou fornecer ao público meios concretos de como denunciar casos de violação.

Além disso, ações governamentais – como o Projeto Sentinela – e de entidades não-governamentais estimularam o debate em torno do assunto na imprensa. Governo e sociedade também passaram a se mobilizar, com grande repercussão na mídia, em torno do *Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes* (18 de maio). ▲

**Pesquisa Ibope de
opinião pública**



Com o objetivo de verificar a recepção e o impacto de suas estratégias, o *Programa de Comunicação* previu a realização de uma pesquisa junto à população. A *Pesquisa Ibope de Opinião Pública sobre Trabalho Infantil e Piores Formas de Trabalho Infantil* foi elaborada em duas etapas: uma no início (setembro/2004) e outra ao final das atividades (março/2006), ambas de abrangência e amostragem nacional.

As questões constantes nas duas fases da pesquisa foram formuladas de acordo com orientações da ANDI e OIT, tendo sido definidas com o objetivo de captar a percepção e o conhecimento da sociedade brasileira em relação ao trabalho infantil.

Cada pergunta gerou três tabelas de dados: por sexo, idade e grau de instrução; por região, condição do município (capital, periferia, interior) e densidade populacional (de acordo com o número de eleitores); e por renda familiar e critério econômico (classe social).

A realização de pesquisas é importante para se criar parâmetros de trabalho em programas de ação. Uma investigação inicial serve para mapear a realidade no marco zero dos trabalhos e ajuda a identificar melhor o problema e a estabelecer formas de atuar sobre ele. A segunda fase da pesquisa, ao final das atividades, ajuda a mensurar se as ações tiveram os impactos esperados sobre o público-alvo. No caso da comunica-

ção, uma vez que este alvo é a sociedade como um todo, as mudanças de paradigma apenas ocorrem a médio e longo prazos.

Realizada pelo Ibope no âmbito do programa de ação da ANDI, a pesquisa entretanto já indica uma distinção de opinião importante em termos geracionais. Enquanto a população mais velha (entre 60 e 70 anos) considera o trabalho infantil aceitável, os mais jovens (dos 16 anos aos 24 anos) acreditam ser preferível estudar do que trabalhar desde cedo. Tal dado revela que esse segmento populacional prefere qualificar-se mais, para ter oportunidade de acesso a bons postos no mercado de trabalho.

A pesquisa, na sua rodada de março de 2006, revelou que:

- Para 78% dos brasileiros, na faixa entre 16 e 24 anos, a idade adequada para começar a trabalhar é 16 anos ou mais.
- Entre os cidadãos dessa mesma faixa etária, 82% têm a opinião de que a cadeia deve ser o destino daqueles que utilizam mão-de-obra infantil, expondo a criança a riscos.
- Para 55% dos entrevistados, o trabalho infantil gera pobreza, desemprego e é prejudicial para a economia do país.

- Para a população brasileira, a responsabilidade pela existência do trabalho infantil é do Estado (48%), da família (35%) e da sociedade (20%).

Questionário

As perguntas da pesquisa Ibope de opinião sobre Trabalho Infantil e Piores Formas de Trabalho Infantil foram as seguintes:

1) *Em sua opinião, a partir de que idade seria adequado que uma pessoa começasse a trabalhar?*

2) *Com qual dessas frases que eu vou ler sobre crianças, o(a) senhor(a) concorda mais?*

- *“É bom para a criança começar a trabalhar desde cedo”.*
- *“É preferível uma criança trabalhar do que estar na rua”.*
- *“Criança tem que estudar e brincar, e não trabalhar”.*

3) *Em sua opinião, de quem é a responsabilidade por não permitir o trabalho infantil no Brasil? O(a) senhor(a) diria que a responsabilidade maior é:*

- *Do Estado.*

- *Da sociedade em geral.*
- *Da família da criança.*
- *Nenhum deles.*

4) *Pensando nas crianças de até 16 anos, vou citar algumas frases e gostaria que o(a) senhor(a) dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas:*

- *“A menina que trabalha como doméstica tem mais atraso escolar que o menino em qualquer outro tipo de trabalho”.*
- *“Uma criança negra que trabalhe tem mais chance de estar desempregada quando for jovem”.*
- *“A apresentação de crianças fazendo malabarismos nos semáforos é trabalho infantil”.*
- *“As pessoas que utilizam mão-de-obra infantil, expondo a criança a riscos, deveriam ir para a cadeia”.*
- *“O trabalho infantil gera pobreza, desemprego e é prejudicial para a economia do país”.*
- *“Um adolescente que trabalha tem menos chance de se envolver com drogas”.*
- *“Muitas famílias não poderiam sobreviver sem que as crianças trabalhassem”.*

- *“Em um país como o Brasil, é correto que as crianças trabalhem”.*

Buscou-se também focar os cinco temas do *Programa de Comunicação* e dos programas de atendimento direto (realizados em cinco estados brasileiros – Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul –, pela OIT e várias instituições): trabalho de crianças na agricultura familiar, trabalho informal urbano, trabalho infantil doméstico, narcotráfico e narcoplantio, e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

5) Ainda pensando nos diferentes tipos de trabalho infantil, gostaria de saber, entre estes listados, qual o(a) senhor(a) considera a Pior Forma de Trabalho Infantil:

- *Criança exercendo qualquer tipo de trabalho.*
- *Criança que trabalha como doméstica.*
- *Criança em trabalhos perigosos, que provavelmente prejudiquem sua saúde, segurança e moral.*
- *Criança na exploração sexual.*
- *Criança no plantio e tráfico de drogas.*
- *Criança no trabalho escravo.*

- *Criança trabalhando na agricultura.*

Na última rodada (março/2006), foi inserida uma pergunta para identificar por meio de quais veículos as mensagens sobre a eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil estavam chegando com maior eficiência à população.

6) *Gostaria de saber se o(a) senhor(a) viu ou ouviu notícias sobre trabalho infantil nos últimos três anos. Em caso afirmativo, por favor aponte em que meios:*

- *Jornais impressos.*
- *Revistas.*
- *Televisão.*
- *Rádio.*
- *Internet.*
- *Cinema.*
- *Panfletos e cartazes.*
- *Em outro lugar.*

Análise de resultado

Uma reunião com especialistas foi realizada em Brasília, para analisar os resultados da pesquisa. Es-

tiveram presentes, além de representantes da ANDI e OIT, Ana Lúcia Kassouf (Escola Superior Luiz de Queiróz da Universidade de São Paulo), Oris de Oliveira (Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de São Paulo), Marcos Borges (Universidade de Campinas), Vanda Sá Barreto (Ceafro/ Universidade Federal da Bahia), Fátima Pereira (Universidade Federal da Paraíba), Rosa Ribeiro (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e Isa Maria Oliveira (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil).

O relatório de análise dos resultados da pesquisa de opinião pública foi elaborado pela consultora Rosa Ribeiro e pode ser consultado no *site* www.fnpeti.org.br (em Biblioteca – Publicações, título: “A opinião dos brasileiros sobre trabalho infantil”). ▲

Relatórios de acompanhamento



Para além de apresentar ao parceiro ou financiador um relato técnico e a descrição dos gastos efetivados, os relatórios de acompanhamento são instrumentos importantes de registro de seguimento e de processo de execução de programas. Do ponto de vista documental, é fundamental esse registro, para que a instituição que executa tenha um arquivo com o histórico das ações e atividades – e das pessoas e organizações envolvidas –, além dos impactos diretos, indiretos e não previstos no desenho do projeto.

Do ponto de vista prático, o relatório representa também uma forma de a instituição realizar a auto-análise de como os processos se encaminham: se estão dentro do planejado ou não, se podem ser viabilizados no tempo previsto, se um ajuste ou alteração se fazem necessários, se os produtos causaram o impacto previsto, entre outros aspectos.

Muitas vezes, ao longo da execução existem desdobramentos das ações, os quais precisam ser analisados. Outras vezes, verifica-se algum problema na execução técnica (como atrasos) ou na execução financeira (como custos não previstos). Por isso, o momento da apresentação do relatório é ideal também para avaliação do que foi proposto e do que foi executado naquele período.

Devido ao grande volume de ações e atividades implementadas e à exigência de descrições detalhadas com

relação aos objetivos, atividades e produtos – tanto na execução técnica como na financeira (com sumário de transações, prestação de contas, movimento do livro-caixa etc.) – os relatórios do *Programa de Ação de Comunicação* desenvolvido pela ANDI foram elaborados simultaneamente à execução.

A redação técnica e os dados para a prestação de contas financeira eram processados à medida em que se executavam as ações, sendo a documentação reunida, em paralelo, em pastas-arquivo.

O contato entre a coordenação do projeto e o responsável financeiro era fundamental para que ambos acompanhassem a execução e encaminhassem possíveis dúvidas ao parceiro financiador, sem permitir que eventuais problemas comprometessem o bom andamento do projeto. Desta forma, e com o trabalho conjunto, tornava-se viável a apresentação de um relatório completo e no prazo estipulado.

Relatório Global

Os resultados do programa de ação desenvolvido pela ANDI repercutiram no *Relatório Global sobre Trabalho Infantil*, apresentado em Brasília, no Palácio do Planalto, no dia 4 de maio de 2006, pela Organização Internacional do Trabalho, como parte da programação da XVI Reunião Regional Americana.

Intitulado *O fim do trabalho infantil: Um objetivo ao nosso alcance*, o material documenta, pela primeira vez, um declínio nos índices de trabalho infantil em todo o mundo. A OIT escolheu o Brasil para lançá-lo em função de o país ter se transformado, nos últimos anos, em uma referência mundial no combate à exploração da mão-de-obra infanto-juvenil. Isto, mesmo que a eliminação total, especialmente das Piores Formas, ainda esteja longe de ocorrer.

Muitos são os fatores que explicam a série histórica dos números do trabalho infantil no Brasil – entre eles, de acordo com o relatório, o elevado nível de mobilização social. O documento registra, à página 24, que “a mobilização dos profissionais e instituições dos meios de comunicação através da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) também é digna de destaque, uma vez que deu uma visibilidade sem precedentes ao movimento dos direitos da criança no Brasil”. ▲

Anexo



Dicas para organizações de governo, de empregadores, de trabalhadores e da sociedade civil na relação com a imprensa

A qualidade da cobertura jornalística sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil não é responsabilidade só dos profissionais de imprensa. As fontes também cumprem um papel essencial nesse processo. Todos devem ter consciência de que a informação é um bem público e que, portanto, precisa ser compartilhado com a sociedade.

Ao longo do período de execução do Programa de Comunicação, uma série de orientações práticas quanto ao relacionamento com a imprensa foram repassadas aos atores envolvidos – a maior parte originada dos conteúdos já sistematizados pela ANDI em algumas de suas publicações. Nesse sentido, mesmo que possa haver alguma redundância em tais orientações perante aquelas que já foram citadas anteriormente, nos parece necessário destacá-las, de forma a reforçar as proposições discutidas ao longo das atividades. Confira as sugestões:

- Contar com uma assessoria de imprensa não é mais um luxo. É atualmente uma ferramenta importantíssima para qualquer entidade, seja ela go-

vernamental ou não-governamental. Esse tipo de estrutura, mesmo que mínima, pode melhorar a qualidade da comunicação com os jornalistas e, conseqüentemente, com a população.

- As entidades podem organizar um *site* na internet e disponibilizar um banco de dados de referência sobre a área com a qual trabalham. Nesse banco de informações é importante oferecer, por exemplo, conteúdos sobre legislação e o *clipping* das principais matérias publicadas na imprensa sobre o assunto, além de artigos, resumos de estudos e pesquisas, textos acadêmicos e não acadêmicos e obras importantes da área. Assim, o jornalista terá mais facilidade para obter a informação que precisa.
- As instituições devem também indicar bons *sites* e bancos de dados de outras organizações. Esses instrumentos permitem que os jornalistas façam consultas rapidamente e possam comparar estatísticas oficiais com números das mais variadas fontes de informação.
- Saber aproveitar os espaços colocados à disposição pelos veículos de comunicação é fundamental para tornar públicas as atividades das instituições governamentais, não governamentais, de empregadores ou de trabalhadores, de forma a conseguir

apoio da sociedade ao seu trabalho. Estimular os especialistas e os profissionais da área a escreverem artigos de opinião para os jornais e a darem entrevistas é um bom caminho.

- Organizações governamentais e não-governamentais devem, quando possível, produzir *releases* concisos e objetivos. É importante anexar quadros estatísticos, acompanhados da leitura dos dados, e estimular os jornalistas a divulgarem a fonte que gerou a informação. O material deve ser diferenciado para cada tipo de veículo – se de alcance regional ou nacional –, fornecendo um panorama geral e algumas dicas úteis sobre o assunto, além de indicações de especialistas a serem ouvidos. Assim, o jornalista já “sai a campo” com as informações básicas e dedica seu tempo para trabalhar bem a matéria.
- Quando existe a necessidade de divulgar iniciativas para alcançar um maior número de pessoas, o ideal é preparar pautas específicas para as televisões e as rádios, além de enviar um material diferenciado para jornais e revistas.
- É bom lembrar que todo contato com a mídia é uma oportunidade para sugerir pautas, diferentes abordagens, novas fontes de informação, etc.

- É fundamental uma maior aproximação das fontes de informação com os formadores de opinião. As fontes devem ser mais proativas, pautando a mídia, conversando com jornalistas pessoalmente e chamando a atenção para a violação de direitos.
- É importante que as fontes procurem conhecer e compreender o cotidiano dos veículos de comunicação de massa. Ao entender a lógica de funcionamento das redações, ficará bem mais fácil o diálogo com os jornalistas. Por exemplo: não é produtivo tentar passar notícias para os repórteres perto da hora de “fechamento” da edição. Da mesma forma, não adianta buscar a redação com muita antecedência.
- As fontes só devem conceder entrevistas quando se sentirem seguras e preparadas para isso. Não há problema em dizer ao jornalista que não domina determinado assunto e se colocar à disposição para esclarecer dúvidas sobre outros temas posteriormente.
- O especialista não deve nutrir a expectativa de ver estampada no jornal a íntegra da entrevista que concedeu. É essencial entender que existem limitações de espaço na mídia e que os textos jornalísticos não têm a profundidade do material científico.

- Da mesma forma, é importante entender a especificidade de cada meio. Para a televisão e para o rádio, o entrevistado precisa ser objetivo, com respostas diretas e pensamentos completos. No caso de jornais e revistas, deve entender que frases são pinçadas dentro de um contexto.
- Não é bom pedir ao jornalista para ler a reportagem antes de ela ser publicada. Se o especialista tem receio de que a informação saia errada, o melhor caminho é tentar esclarecer todas as dúvidas do repórter durante a conversa, colocando-se à disposição para novo contato, caso o processo de edição exija alguma informação complementar.
- Um diálogo aberto e transparente entre fonte e jornalista é fundamental. Assim, o repórter poderá sempre recorrer ao entrevistado quando tiver alguma dúvida e este, por sua vez, terá a liberdade de fazer comentários caso haja algum equívoco nas matérias.
- É importante praticar “a política da boa vizinhança” com a mídia. Dar telefonemas ou enviar cartas aos jornalistas quando publicam matérias de boa qualidade é uma ótima estratégia para estreitar o relacionamento com a redação. As críticas também devem ser feitas, mas em tom ponderado,

apresentando argumentos e indicando caminhos para o repórter melhorar o enfoque em outras oportunidades.

- É necessário manter uma relação não só com os repórteres. Deve-se buscar acesso a editores e diretores de redação, pois esses profissionais são os responsáveis pelo foco editorial das matérias, com poder para alterar o ponto de vista da cobertura.
- Organizações governamentais e não-governamentais podem e devem estabelecer parcerias com os veículos de comunicação e com as faculdades de jornalismo, estimulando discussões sobre o tema com o qual trabalham. Isto pode ocorrer por meio da realização de cursos específicos de curta ou média duração, palestras, seminários e grupos de debates. É uma forma de conscientizar os atuais e futuros profissionais a trabalhar o assunto com a sensibilidade necessária e objetivando repercussão positiva junto ao público.

Trabalho infantil

- Entidades que lidam com o combate ao trabalho infantil devem se preocupar em tornar o que fazem mais atrativo para a mídia e em profissionalizar essa relação. A elaboração de uma política de comunica-

ção pode melhorar a qualidade da relação com os jornalistas e, por extensão, com a população.

- Procure manter uma lista de endereços atualizada com nomes de profissionais de comunicação responsáveis pela cobertura da área ou comprometidos com o enfrentamento ao trabalho infantil, pois estes profissionais não são fixos nas redações – mudam de departamento ou de empresa jornalística com frequência.
- É fundamental aproveitar e identificar espaços apropriados para a divulgação das suas informações, como colunas nos jornais impressos e programas de rádio e tevê. Meios de comunicação comunitários, jornais de bairro e até mesmo programas de cunho “policialesco” não devem ser desprezados.
- É desejável – e possível – ocupar novos espaços na mídia. Especialistas e representantes de empregadores, de trabalhadores e de organizações não-governamentais podem estabelecer a rotina de enviar sistematicamente artigos sobre os diversos aspectos do trabalho infantil para a imprensa. O conteúdo dos textos não deve ser superficial. Ao mesmo tempo, é importante evitar uma linguagem excessivamente técnica.

- Os artigos de opinião enviados à imprensa devem também apresentar diferentes pontos de vista. Não é recomendável que os artigos sejam preparados sempre pelas mesmas pessoas.
- A produção de estudos sobre o tema facilita a inserção da problemática da exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes na agenda dos veículos de comunicação. Por isso, é importante disponibilizar as pesquisas, programas e publicações de qualidade, contribuindo para que o tema esteja sempre em pauta e os dados sempre à mão.
- Quando for conceder uma entrevista, a fonte deve se preparar para falar com o jornalista, embasando-se em números, dados e referências sobre o trabalho infantil. A linguagem utilizada deve ser didática e clara. No entanto, é também importante incentivar a qualificação das informações, não se atendo apenas à estatística, sem análise crítica dos dados.
- A fonte deve estar apta a contextualizar dados sobre trabalho infantil de acordo com a realidade de cada estado ou município e a oferecer material diferenciado aos veículos de determinada região.
- É fundamental se preparar para fornecer ao jornalista a possibilidade de uma abordagem multidisciplinar da questão. Exemplo: trabalho infantil

como causa de violência, como questão de direitos humanos, como fator de impacto sobre a economia do país, trabalho infantil e educação etc.

- Ao dar entrevistas sobre políticas públicas de combate ao trabalho infantil, as fontes devem enfatizar inúmeras questões que evitarão equívocos na reportagem: Quem são os responsáveis pelas ações? Quem pode fiscalizar? Quais as metas e os prazos de execução de determinado projeto? É importante também deixar claro a origem da verba utilizada.
- Ao programar um evento, fixe um horário para falar com a imprensa, reservando tempo, de preferência antes do início das atividades.

Exploração Sexual Comercial

- Quando o assunto é Exploração Sexual Comercial de crianças e adolescentes, muitos profissionais não querem dar entrevistas, temendo represálias por parte das pessoas envolvidas no crime. É importante saber que o jornalista tem meios para resguardar a identidade da fonte.
- Ao conceder entrevistas, os especialistas devem falar em uma linguagem didática e clara, esclarecendo termos jurídicos, médicos, tipos de crimes

etc. Também é importante ajudar o jornalista a interpretar as estatísticas fornecidas e orientá-lo sobre quais os aspectos que não devem ser publicados, de forma a resguardar os direitos da criança ou adolescente vítima de violência sexual.

- Ao dialogar com a mídia, é recomendável privilegiar o enfoque da prevenção, solicitando, inclusive, a divulgação de canais de comunicação (endereços, telefones de disque-denúncia). Mas também se deve estimular a imprensa a fazer cobertura da punição prevista para o crime.
- A fonte pode despertar o interesse da imprensa lembrando que o assunto, apesar de árduo, chama a atenção e pode ampliar índices de audiência ou de leitura.
- Enviar exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente, das Convenções da OIT, do Protocolo de Palermo (protocolo das Nações Unidas para prevenir, extinguir e punir o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças), da Convenção sobre os Direitos da Criança, etc para redações e divulgar seus conteúdos através de *releases* é uma forma de diminuir o desconhecimento da lei por parte dos jornalistas. O mesmo vale para outros dispositivos legais, como o Plano Nacional de Enfrentamento à

Violência Sexual Infanto-Juvenil e demais leis estaduais ou municipais que tratem do tema.

- Apontar aos jornalistas os contatos de parceiros formais e informais que possam contribuir com a apuração dos fatos e o levantamento das denúncias ajuda a não revitimizar a criança e o adolescente, evitando que se exponham a mais constrangimentos.
- Os meios alternativos de comunicação – como rádios e televisões comunitárias e jornais de bairro – atingem grande público, principalmente nas comunidades populares. Firmar parcerias com esses veículos é uma forma de ampliar o raio de ação das entidades do Terceiro Setor na missão de educar a sociedade para prevenir e denunciar a violência sexual.
- É recomendável conhecer a Lei de Imprensa e os dispositivos existentes para denunciar os eventuais abusos cometidos pelos veículos de comunicação. ▲

Fontes: O Grito dos Inocentes – Os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes (*Série Mídia e Mobilização Social – Vol. 5 – ANDI / Instituto WCF – Brasil / Unicef / Cortez Editora*) e Crianças Invisíveis – O enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração (*Série Mídia e Mobilização Social – Vol. 6 – ANDI / OIT - IPEC / Unicef / Cortez Editora*).

Entidades Realizadoras deste Projeto



ANDI

A Agência de Notícias dos Direitos da Infância é uma organização não-governamental fundada em 1993, com sede em Brasília (DF). A missão da ANDI é contribuir para a qualidade da informação pública em torno de temas relevantes para a agenda social brasileira – dentre os quais a promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência.

A Agência considera, no desenho de suas ações, que a democratização do acesso aos direitos sociais básicos pela população infanto-juvenil é condição fundamental para a equidade social e para o desenvolvimento humano. Nesse sentido, procura subsidiar a construção de um noticiário mais contextualizado, que fortaleça um debate plural e exerça um efetivo controle social das políticas públicas voltadas a esses segmentos populacionais.

Dentre as várias ações implementadas pela ANDI está a produção de pesquisas temáticas realizadas a partir de análises sobre a cobertura da imprensa. Um dos exemplos é a série Mídia e Mobilização Social, iniciativa que objetiva instrumentalizar jornalistas, comunicadores, fontes de informação, professores, pesquisadores e estudantes universitários para a prática de um jornalismo socialmente responsável e alinhado com os principais parâmetros do desenvolvimento humano.

Cada um dos volumes que compõem a série Mídia e Mobilização Social tem como ponto de origem uma análise aprofundada, de cunho quanti-qualitativo, sobre o tratamento editorial dado pela imprensa brasileira a um determinado tema central na área da infância e adolescência e para a agenda social do país. Dentre as obras publicadas está *Crianças Invisíveis – o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração*, realizada em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Cortez Editora. Site: www.andi.org.br

OIT

A Organização Internacional do Trabalho foi fundada em 1919, com o objetivo de promover a justiça social e, assim, contribuir para a paz universal e permanente. A OIT tem uma estrutura tripartite única entre as Agências do Sistema das Nações Unidas, na qual os representantes de empregadores e de trabalhadores têm a mesma voz que os representantes de governos.

Ao longo dos anos, a OIT tem adotado, para ratificação de seus Estados-membros, convenções e recomendações internacionais sobre o trabalho. Essas normas

versam sobre liberdade de associação, emprego, política social, condições de trabalho, previdência social, relações industriais e administração do trabalho, entre outras. A OIT desenvolve projetos de cooperação técnica e presta serviços de assessoria, capacitação e assistência técnica aos seus Estados-membros e a seus demais constituintes: empregadores e trabalhadores. A estrutura da OIT compreende: Conferência Internacional do Trabalho, Conselho de Administração e Secretaria Internacional do Trabalho. A Conferência é um fórum mundial que se reúne anualmente para discutir questões sociais e trabalhistas, adotar e rever normas internacionais do trabalho e estabelecer as políticas gerais da Organização. É composta por representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores dos 178(*) Estados-membros da OIT. Esses três constituintes estão também representados no Conselho de Administração, órgão executivo da OIT, que decide sobre as políticas da OIT. A Secretaria Internacional do Trabalho é o órgão permanente que, sob o comando do Diretor-Geral, é constituída por diversos departamentos, setores e por extensa rede de escritórios instalados em mais de 40 países, mantém contato com governos e representações de empregadores e de trabalhadores e marca a presença da OIT em todo o mundo do trabalho.

(*) *Atualizado em março de 2006.*

Publicações da OIT

A Secretaria Internacional do Trabalho é também instância de pesquisa e editora da OIT. Seu Departamento de Publicações produz e distribui material sobre as principais tendências sociais e econômicas. Publica estudos sobre políticas e questões que afetam o trabalho no mundo, obras de referência, guias técnicos, livros de pesquisa e monografias, repertórios de recomendações práticas sobre diversos temas (por exemplo, segurança e saúde no trabalho), e manuais de treinamento para trabalhadores. É também editora da Revista Internacional do Trabalho em inglês, francês e espanhol, que publica resultados de pesquisas originais, perspectivas sobre novos temas e resenhas de livros.

O Escritório da OIT no Brasil edita seus próprios livros e outras publicações, bem como traduz para o português algumas publicações da Secretaria Internacional do Trabalho.

As publicações da OIT podem ser obtidas no Escritório da OIT no Brasil: Setor de Embaixadas Norte, lote 35, Brasília – DF, 70800-400, tel (61) 2106-4600, ou na sede da Secretaria Internacional do Trabalho: CH-1211, Genebra 22, Suíça. Catálogos e listas de novas publicações estão disponíveis nos endereços acima ou por e-mail: vendas@oitbrasil.org.br

Visite nossa página na internet: www.oitbrasil.org.br

Ficha Técnica

Realização: ANDI / OIT / IPEC

Coordenação e texto: Daniela Rocha e Marco Túlio Alencar

Edição: Daniela Rocha, Marco Túlio Alencar e Adriano Guerra

Assistente de edição: Marília Mundim

Supervisão editorial: Veet Vivarta

Projeto gráfico e diagramação: André Nóbrega

Impressão e acabamento: Gráfica Coronário

Tiragem: 1.000 exemplares

Brasília, maio de 2007

Este livro é publicado no marco do Programa de Comunicação para Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil, executado pela ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância, em parceria com o Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (IPEC/ OIT).

ANDI – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA

SDS – Ed. Boulevard Center – Bloco “A” – sala 101

CEP 70391-900 – Brasília – DF

Tel. (61) 2102-6508 / Fax (61) 2102-6550

Site: www.andi.org.br

Presidente do Conselho: Oscar Vilhena

Secretário Executivo: Veet Vivarta

Secretária Executiva Adjunta: Ely Harasawa

Coordenadores do Programa de Comunicação para Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil (2004-2006): Daniela Rocha e Marco Túlio Alencar

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)

Programa de Duração Determinada (PDD)

Setor de Embaixadas Norte – Lt. 35

CEP 70800-400 – Brasília - DF

Tel. (61) 2106-4600 / Fax (61) 3322-4352

Site: www.oitbrasil.org.br

Diretora do Escritório da OIT no Brasil: Laís Abramo

Coordenador Nacional do IPEC: Pedro Américo Furtado de Oliveira

Coordenador de Projetos do IPEC: Renato J. Mendes

Equipe Técnica do IPEC no Brasil: Cynthia Ramos (Oficial de Projeto), Daniela Rocha (Oficial de Projeto - 2006), Daniel Borges (Assistente), Maria Cláudia Mello Silva Falcão (Oficial de Projeto), Paula Fonseca (Assistente de Projeto), Tháís Fortuna (Assistente de Projeto).

Boas Práticas em Comunicação

Um guia para fontes de informação

Pesquisadores, especialistas e técnicos no tema Erradicação do Trabalho Infantil são potenciais fontes de informação para jornalistas que estejam investigando aspectos relacionados a este problema.

A experiência do Programa de Comunicação para a Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil, executado pela ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância em parceria com a Organização Internacional do Trabalho, demonstrou que a interlocução qualificada com a imprensa é um fator fundamental para incentivar o debate e para promover o agendamento do tema junto à sociedade e ao poder público.

Esta publicação traz uma síntese das estratégias de comunicação elaboradas e implementadas com participação de representantes de diversas instituições que vêm contribuindo para erradicar a exploração da mão-de-obra infantil no território brasileiro. O objetivo é desfazer mitos, facilitar o diálogo e estimular uma relação de parceria entre especialistas e comunicadores de forma a colaborar para a efetiva eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil no país.

Parceria



FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

